JUSTIÇA FEDERAL	**Secretaria de Tecnologia da Informação**	**SETI/DRED**

Estudo Técnico Preliminar para contratação de extensão de garantia e suporte da solução de Next-Generation Firewall e VPN do fabricante Cisco

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Versão 1.6

2023/RCOD

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autores
25/04/2023	1.0	Documento Inicial	Elias
06/05/2023	1.1	Revisão	Waldir
05/06/2023	1.2	Revisão e Atualização	Djonatas
18/06/2023	1.3	Revisão e Atualização	Djonatas
28/06/2023	1.4	Revisão e Atualização	Elias
04/07/2024	1.5	Revisão e Atualização	Djonatas
05/07/2024	1.6	Formatação, revisão e atualização	Elias

1 Introdução

Este documento consiste no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que constitui primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica da contratação, mensurar os riscos, e embasar o Termo de Referência, bem como definir um plano de sustentação para a solução contratada.

Serão apresentadas propostas para a contratação de extensão de garantia e suporte para produtos e serviços Cisco, a saber: Smartnet SNTC-8X5XNBD e PSS SWSS UPGRADES, renovação de licenças do Cisco Firepower 4110, Cisco ASAv50, Anyconnect. Além destes produtos e serviços também discutiremos a necessidade de aquisição do produto Cisco Firepower Management Center Virtual (FMCv).

2 Situação Atual

A segurança da rede de comunicação da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R conta, atualmente, com três firewalls, dois Cisco Firepower 4110 e um Cisco Adaptive Security Virtual Appliance (ASAv50), além de um gerenciador (Cisco Firepower Management Center FMC2500, do tipo appliance físico). Esses equipamentos são responsáveis por prover segurança e proteção a rede de dados da JF3R, tais como identificar e bloquear ameaças, gerenciar políticas, monitorar a rede, controlar o tráfego de dados, prover acesso seguro para clientes, entre outros.

Os Cisco Firepower 4110 trabalham em modo cluster e estão posicionados na borda da infraestrutura de rede. Eles são gerenciados pelo Cisco Firepower Management Center, FMC2500, e responsáveis pela proteção da rede privada da JF3R.

O Cisco Adaptive Security Virtual Appliance (ASAv50) em uso pela JF3R foi ofertado, no início de 2020, pela parceira Teltec Solutions. Ele tem a finalidade de atender as conexões VPN remote-access.

Tais equipamentos, exceto o ASAv50, foram adquiridos do contrato n.º 05.010.10.2018, documento SEI n.º 4266449, com garantia e suporte de 60 meses, sendo que esse período se encerrará em 15/04/2024, conforme Termo de Recebimento Definitivo n.º 4672778, sendo necessário realizar novo certame licitatório visando assegurar a continuidade dos serviços de garantia e suporte,

objetivando a alta disponibilidade dos serviços prestados ao público interno e externo da JF3R.

Em resumo, para garantir a segurança e a integridade dos sistemas da instituição, além de evitar custos adicionais e garantir a continuidade das atividades da JF3R, é essencial que a Administração promova a contratação de serviços de garantia e suporte junto à FABRICANTE, para software e hardware, do cluster de equipamentos de segurança de redes denominados de Next-Generation Firewall, NGFW, Cisco Firepower 4110, bem como da solução de acesso VPN. É importante que a JF3R invista em tecnologias modernas e eficientes, que possam garantir a proteção dos sistemas de rede da instituição e, consequentemente, o cumprimento de sua missão de julgar processos federais de forma justa e eficiente.

3 Descrição do Projeto

3.1 Objetivo

Assegurar a continuidade dos negócios mantendo as soluções de firewall e VPN remote-access com suporte e garantia do fabricante para reduzir o tempo de inatividade, manter as soluções atualizadas, acessar o suporte especializado e evitar imprevistos na operação da infraestrutura da JF3R. Os equipamentos e licenciamentos são vitais para a segurança da rede da JF3R, pois são responsáveis por identificar e bloquear ameaças, gerenciar políticas de segurança, monitorar a rede, controlar o tráfego de dados e prover acesso seguro de clientes.

3.2 Público Alvo

Clientes internos e externos que se utilizam de todas as informações geradas e que geram informações.

3.3 Análise e planejamento de capacidade

3.3.1 Contexto

Tendo em vista a expiração dos atuais contratos de garantia, suporte e licenciamento dos equipamentos da JF3R relacionadas aos firewalls NGFW, se faz necessária uma análise e planejamento com intuito de identificar e dimensionar a melhor solução para garantir segurança e alta disponibilidade dos serviços de tecnologia da informação.

A tabela abaixo contém o detalhamento dos atuais contratos de garantia e suporte dos equipamentos e licenças de propriedade da JF3R em análise:

Equipamentos					
Item	**Equipamento**	**Quantidade**	**Número de Série**	**Data Vencimento Garantia**	**Licença (Part Number)**
1	Cisco Firepower 4110	02 (dois)	JMX2248L03N JMX2248L03Q	09/01/2024	CON-SNT-FPR4110N
2	Cisco ASAv50	01 (um)	9APUAVQUJLS	-	CON-PSBU-LASAV5SR
3	Cisco FMC 2500	01 (um)	FCH2245V0NA	20/12/2023	CON-SNT-FMC2500K
Licenças					
Item	**Equipamento**	**Quantidade**	**Número de Série**	**Data Vencimento Licença**	**Licença (Part Number)**
1	Cisco Firepower 4110	02 (dois)	JMX2248L03N JMX2248L03Q	20/12/2023	L-FPR4110T-TMC-5Y
3	Cisco AnyConnect	2500	-	20/12/2023	L-AC-PLS-5Y-S6

3.3.2 Firepower 4110

O Firepower 4110 é um firewall de última geração (*Next-Generation Firewall - NGFW*) que combina recursos convencionais e avançados de URL filtering, intrusion prevention system, malware protection, reconhecimento de contexto, inteligência, entre outros. Atualmente, a JF3R possui um par de Firepower 4110 em cluster, tralhando em ativo/ativo.

Cada Firepower 4110 possui dois part numbers, sendo um da garantia e suporte e outro de licenciamento. A tabela abaixo contém o detalhamento com as respectivas datas de vencimento:

ITEM	TIPO	NÚMERO DE SÉRIE	PART NUMBER	VENCIMENTO DA GARANTIA
1	Equipamento	JMX2248L03N	CON-SNT-FPR4110N	09/01/2024
2	Equipamento	JMX2248L03Q	CON-SNT-FPR4110N	09/01/2024

3	Licença	-	L-FPR4110T-TMC-5Y	20/12/2023
4	Licença	-	L-FPR4110T-TMC-5Y	20/12/2023

O anúncio do fim de vida, *EOL*, do Firepower 4110, foi realizado em 02/08/2021, https://www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/security/firepower-ngfw/firepower-4110-series-security-appliances-eol.html, e traz 18/04/2026 como a última data para renovação do contrato e 31/01/2027 como o último dia de suporte de hardware.

Apesar do tempo de uso e do aumento da demanda nos últimos cinco anos, os firewalls atendem, com folga, à demanda da JFR3. Não há previsão de aumento significativo de carga desses equipamentos para os próximos 12 meses que possa comprometer sua utilização.

Tendo em vista a última data para renovação do contrato de garantia e suporte, e a data do vencimento da garantia é possível realizar a contratação para 24 meses dos itens mencionado na tabela acima.

Diante das informações apresentadas, a sugestão da equipe técnica é seguir com a contratação da garantia e suporte dos firewalls por pelo menos 12 meses, prazo mínimo necessário para planejamento e organização para contratação de uma nova solução de Next-Generation Firewall (NGFW).

3.3.3 Firepower Management Center - FMC

O Firepower Management Center (FMC) é a solução para gerência unificada/centralizada e completa dos Next-Generation Firewall (NGFW) e Next-Generation Intrusion Prevention System (NGIPS). Com ele é possível administrar eventos de segurança e políticas, com total visibilidade de protocolos, usuários, hosts e arquivos.

Atualmente, a JF3R possui um appliance FMC físico, modelo 2500, que foi adquirido com os firewalls. O suporte e garantia contratado vai até 20/12/2023 sendo necessário a renovação ou aquisição de um FMC virtual.

O anúncio do fim de vida, *EOL*, do FMC 2500 foi realizado em 12/07/2019, https://www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/security/firesight-management-center/eos-eol-notice-c51-742625.html, e traz informações relevantes que devem ser observadas no processo em questão.

A aquisição ocorreu no fim de 2018 e, com menos de um ano, foi publicado o EOL. Isso indica que o equipamento já estava no mercado há bastante tempo.

A última data para a renovação do contrato de hardware é 07/10/2023, conforme EOL. A partir desta data, não é mais possível renovar o contrato de garantia e suporte do FMC. Estamos, aproximadamente, há quatro meses do prazo, e o edital de licitação não deve ser publicado dentro deste prazo, tampouco a homologação de um vencedor. Isso é preocupante, em se tratando de renovação, uma vez que podem ocorrer outros empecilhos no processo licitatório e o contrato ser assinado após o prazo para renovação.

Além disso, o equipamento já teve seu anúncio de EOL publicado pela fabricante Cisco. A partir de 31/07/2024, a fabricante não suportará mais o hardware, tornando impossível obtenção de reparo de qualquer problema relacionado ao equipamento. Em se tratando de renovação, um contrato de 12 meses, provavelmente, não teria cobertura integral, uma vez que o contrato se encerraria após a última data de suporte.

Vale ressaltar, também, que o FMC 2500 possui limitação de compatibilidade com as novas versões de software, sendo a versão 7.0 a última disponível, conforme tabela abaixo:

Management Center	FMC 1600 FMC 2600 FMC 4600	FMC 1000 FMC 2500 FMC 4500	FMC 2000 FMC 4000	FMC 750 FMC 1500 FMC 3500	DC 500 DC 1000 DC 3000
7.3	YES	–	–	–	–
7.2	YES	–	–	–	–
7.1	YES	–	–	–	–
7.0	YES	YES	–	–	–
6.7	YES	YES	–	–	–
6.6	YES	YES	YES	–	–
6.5	YES	YES	YES	–	–
6.4	YES	YES	YES	YES	–
6.3	YES	YES	YES	YES	–
6.2.3	–	YES	YES	YES	–
6.2.2	–	YES	YES	YES	–
6.2.1	–	YES	YES	YES	–
6.2.0	–	YES	YES	YES	–
6.1	–	–	YES	YES	–
6.0.1	–	–	YES	YES	–
6.0.0	–	–	YES	YES	–
5.4 *	–	–	YES	YES	YES

https://www.cisco.com/c/en/us/td/docs/security/secure-firewall/compatibility/management-center-compatibility.html

Diante das informações apresentadas, a sugestão da equipe técnica é seguir com a aquisição de um FMC virtual para 2 firewalls com garantia e suporte por, pelo menos, 12 meses, além do serviço de migração da configuração do appliance FMC físico para o appliance FMC virtual. Os requisitos de virtualização, https://www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/security/firesight-management-center/datasheet-c78-736775.html, foram verificados com o setor responsável pelo ambiente de virtualização (RADM).

3.3.4 Adaptive Security Virtual Appliance (ASAv50)

O ASAv é uma versão virtualizada do Cisco Adaptive Security Appliance (ASA) firewall. Equipamento de alta desempenho para proteção e segurança de redes com poderosas capacidades de VPN. Ele suporta VPN site-to-site, VPN remote-access, e possui funcionalidades de VPN clientless.

A JF3R, atualmente, possui um ASAv50, que foi ofertado pela parceira Teltec Solutions em 09/07/2020. A licença é perpétua e sua utilização na infraestrutura é exclusiva para VPN remote-access. O suporte e garantia adquirido à época da aquisição foi de 36 meses e sua data de expiração é 09/07/2023.

Diante das informações apresentadas, a sugestão da equipe técnica é seguir com contratação de garantia e suporte por, pelo menos, 12 meses.

3.3.5 AnyConnect

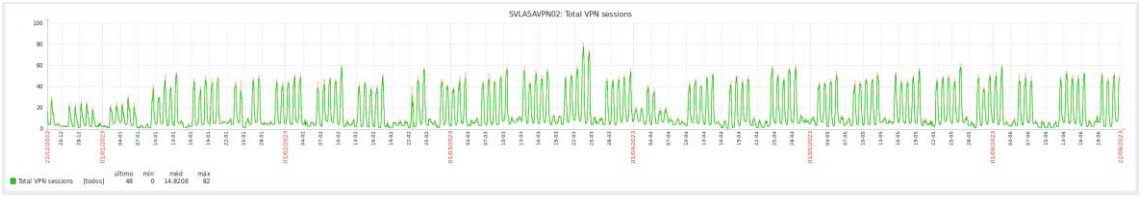
O Cisco AnyConnect é um aplicativo de software para VPN remote-access que funciona em diversos sistemas operacionais. Ele permite que recursos remotos de outra rede se tornem acessíveis como se o usuário estivesse diretamente conectado à sua rede, mas de uma forma segura.

A JF3R, atualmente, possui licença para 2500 usuários. Esta licença foi adquirida juntamente com os firewalls, no final de 2018, e expira em 20/12/2023.

Com a chegada da pandemia de COVID19 no Brasil, no início de 2020, a JF3R implantou o regime de teletrabalho a seus colaboradores, o que motivou a concessão de acesso à VPN remote-access para a manutenção da produtividade e continuidade dos serviços prestados aos jurisdicionados. Nessa época, foi utilizada quase a totalidade da licença.

Em março de 2022 a JF3R sofreu um ataque hacker e precisou rever questões relacionadas à segurança da informação, dentre elas, as conexões VPN remote-access. Inicialmente, foi suspenso o uso do AnyConnect e implantada solução de virtualização de aplicativos. Isso foi suficiente para que os usuários, exceto TI, trabalhassem remoto. O AnyConnect foi liberado somente para a Secretaria de TI (SETI), porém foi implementado duplo fator de autenticação e uma série de regras de conformidade para a utilização da VPN remote-access.

Investigando as conexões VPN remote-access do período após o ataque até junho/2023, identificamos que o volume de usuários conectados no período não ultrapassou a marca de 100 usuários conectados. Abaixo, é apresentado o gráfico de total de sessões VPN nos últimos 6 meses evidenciando a queda na utilização do AnyConnect.



Caso o cenário descrito acima permaneça a sugestão da equipe técnica é pela redução do número de usuários. Contudo, em conversa com a Diretoria de Redes (DRED), falou-se na possibilidade de permitir AnyConnect nos notebooks dos magistrados que estão em processo de compra.

A Cisco fornece a licença do AnyConnect por faixas, ou seja, para qualquer quantidade dentro da faixa, o valor unitário é o mesmo, por exemplo, para a licença L-AC-PLS-1Y-S3 que vai de 250 até 499 usuários, o valor unitário para 250 usuários é mesmo que para 499. Abaixo segue a tabela com algumas faixas para 1 ano de licença:

Term License	Banding SKU	Description	Unique User Range
L-AC-PLS-LIC=	L-AC-PLS-1Y-S1	Secure Client Advantage - 1-Year License	25-99
L-AC-PLS-LIC=	L-AC-PLS-1Y-S2	Secure Client Advantage - 1-Year License	100-249
L-AC-PLS-LIC=	L-AC-PLS-1Y-S3	Secure Client Advantage - 1-Year License	250-499
L-AC-PLS-LIC=	L-AC-PLS-1Y-S4	Secure Client Advantage - 1-Year License	500-999
L-AC-PLS-LIC=	L-AC-PLS-1Y-S5	Secure Client Advantage - 1-Year License	1,000-2,499
L-AC-PLS-LIC=	L-AC-PLS-1Y-S6	Secure Client Advantage - 1-Year License	2,500-4,999

Tendo em vista que a JF3R possui, aproximadamente, 400 magistrados e que 100 usuários já utilizam o AnyConnect, a necessidade real será de uma licença para 500 usuários, no entanto é preciso prever uso futuro de novos usuários na VPN remote-access. Por isso, a sugestão da equipe técnica é para a aquisição da licença L-AC-PLS-1Y-S5 para 1000 usuários.

4 Resultado Esperado

Podemos resumir os resultados esperados da seguinte forma:

- Manutenção da alta disponibilidade dos serviços prestados;
- Redução do tempo de inatividade;
- Atualizações constantes e regulares de software;
- Economia de custos;
- Acesso a suporte técnico especializado;
- Garantia do fabricante;
- Aderência a Legislação Vigente (em especial a Res. 477/2018 do Conselho Nacional de Justiça)

5 Análise Custo X Benefício

5.1 Panorama Geral

Atualmente, a Segurança da Informação está presente, praticamente, em todas os serviços internos ou externos prestados pela JF3R e o Next-Generation Firewall (NGFW) é um dos principais pilares para que esses serviços sejam seguros e efetivos. Sem o NGFW não é possível disponibilizar serviços ao público externo, por exemplo, pois não seria possível criar regras e políticas de segurança e isso pode trazer prejuízos imensuráveis para a instituição. Um dos objetivos estratégicos da Secretaria de Tecnologia da Informação, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da JF3R, é garantir a disponibilidade dos equipamentos de segurança da informação. Nesse sentido, a sustentação da solução de segurança da informação torna-se premissa básica, sendo muito importante a manutenção da garantia e suporte do fabricante.

A manutenção da garantia e suporte do fabricante é vital para garantir a segurança e a integridade dos sistemas de rede da JF3R e proporciona alguns benefícios, a saber:

- Redução do tempo de inatividade: Um contrato de garantia e suporte assegura que os equipamentos sejam mantidos em boas condições e que eventuais problemas sejam resolvidos rapidamente, reduzindo o tempo de inatividade da rede.
- Atualização constante: O contrato de suporte e manutenção inclui atualizações regulares do software dos equipamentos, o que garante que a rede esteja sempre protegida contra as ameaças mais recentes.
- Economia de custos: Um contrato de suporte e manutenção pode ajudar a evitar despesas imprevistas com reparos e substituição de equipamentos, o que pode gerar economia de custos no longo prazo.
- Suporte técnico especializado: Com um contrato de suporte e manutenção, a JF3R tem acesso a suporte técnico especializado, que pode ajudar a resolver problemas complexos e garantir que os equipamentos estejam funcionando corretamente.
- Garantia da FABRICANTE: Ao manter o contrato de suporte e manutenção, a JF3R garante que os equipamentos estejam cobertos pela garantia da FABRICANTE, o que pode ajudar a evitar custos adicionais em caso de problemas com os equipamentos.

O termo de referência da aquisição conjecturou que a garantia e suporte dos itens contratados seria de 60 meses a partir do termo de recebimento definitivo (TDR) que foi emitido em 15/04/2019 conforme documento SEI 4672778, com isso a expiração da garantia e suporte ocorrerá em 15/04/2024, no entanto em checagem com o fabricante e parceiro foi identificado que a data de expiração é 20/12/2023, exceto para o smartnet do Cisco Firepower 4110, part number CON-SNT-FPR4110N, que é 09/01/2024. Para o ASAv50, ofertado pela Teltec Solutions em 09/07/2020 a expiração ocorrerá em 09/07/2023.Tendo em vista a divergência entre as datas de expiração apresentadas pelo fabricante/parceiro e o que determina o termo de referência, foi solicitado ao prestador a adequação da data de expiração da garantia e suporte até 15/04/2024, junto ao fabricante e parceiro. Além disso, a divergência também foi apresentada à Secretaria de TI (SETI).

Neste estudo podemos elencar 3 (três) cenários possíveis, sendo o primeiro deles uma extensão geral de garantia e suporte para todos os itens analisados, porém o FMC2500, muito provavelmente, ficaria sem cobertura antes do fim do contrato tendo em vista a última data de garantia e suporte de hardware anunciada pelo fabricante. O segundo cenário consiste na aquisição de uma nova solução de NGFW, no entanto, a atual solução atende, com folga, a demanda da JF3R e reduz custos de aquisição. O terceiro e último cenário consiste na aquisição de um FMC Virtual, para substituição do FMC 2500 Físico, e extensão da garantia e suporte para os demais itens. Este cenário é o mais viável uma vez que toda a solução firewall terá cobertura de garantia e suporte pelo período de 12 (doze) meses, com o menor custo.

A estimativa de custo foi realizada com base no processo N. 2018/016805 do MP de Santa Catarina para todos os itens, exceto para o CON-PSBU-LASAV5SR. Este item foi cotado no site itprice.com em dólar americano e convertido para real, utilizando a cotação do dia 05/07/2023. Para o serviço de instalação/migração do FMC físico para o virtual, a estimativa foi realizada base no serviço de instalação/migração do NGFW. Todos os valores foram reajustados pelo IPCA. Abaixo, segue a estimativa de custos da contratação:

ITEM	PART NUMBER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	L-FPR4110T-TMC-1Y	2	R$ 144.021,90	R$ 288.043,80
2	L-AC-PLS-1Y-S5	1000	R$	R$

			17,49	17.490,00
3	CON-SNT-FPR4110N	2	R$ 55.497,32	R$ 110.994,64
4	CON-PSBU-LASAV5SR	1	R$ 24.995,36	R$ 24.995,36
5	SF-FMC-VMW-2-K9	1	R$ 9.974,37	R$ 9.974,37
6	CON-PSBU-SFMMCVWK	1	R$ 4.323,46	R$ 4.323,46
7	Serviço de instalação e/ou migração do FMC2500 para o FMC Virtual	1	R$ 47.964,06	R$ 47.964,06
				R$ 503.785,69

5.2 Prazo para implantação

Temos a necessidade e expectativa que a extensão da garantia e suporte, renovação das licenças e implantação do FMC Virtual ocorra até 15/04/2024, data de expiração das licenças, garantia e suporte do fabricante.

6 Resultado da Análise

6.1 Parecer Final

Diante das informações apresentadas neste estudo, a extensão da garantia e suporte, a renovação das licenças e a aquisição do FMC Virtual se mostra mais benéfica para JF3R no período de 12 meses tendo em vista que as soluções de firewall e VPN estão estáveis, subutilizadas e dentro da faixa de cobertura do fabricante. A critério da administração, porém, o contrato poderá ser renovado após o período.

7 Anexos

1. https://preguinho.ifrn.edu.br/?uasg=70028&pregao=132021
2. https://www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/security/firepower-ngfw/firepower-4110-series-security-appliances-eol.html#:~:text=Cisco%20announces%20the%20end%2Dof,)%20is%20January%2031%2C%202022
3. https://www.trf3.jus.br/documentos/adeg/Governanca_e_Estrategia/Planejamento_Estrategico/PDTI/2021-2023/PDTI_2021_2023.pdf

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Técnico	**Integrante Requisitante**
WALDIR COSTA SOLA:3342 Assinado de forma digital por WALDIR COSTA SOLA:3342 Dados: 2023.08.07 11:38:46 -03'00'	VINICIUS SOUZA BARBOSA:3341 Assinado de forma digital por VINICIUS SOUZA BARBOSA:3341 Dados: 2023.08.07 14:49:47 -03'00'
Autoridade Máxima de TI	
DANIEL HENRIQUE GUIMARAES:3624 Assinado de forma digital por DANIEL HENRIQUE GUIMARAES:3624 Dados: 2023.08.07 18:45:12 -03'00'	

Consulta Pregões Eletrônicos ComprasNet

FILTROS

Número da UASG: *
70028

Número do Pregão: *
132021

Dados do pregão

Pregão Eletrônico **Pregão Nº 00013/2021 - (Decreto Nº 10.024/2019)**, UASG Nº **70028 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima**, homologado em **02 de junho de 2021**, referente à **A presente licitação tem como objeto a contratação de extensão de garantia CISCO, na modalidade 8 x 5 x Next Business Day, nível de serviço SNT (SmartNet) ou PSS (Partner Support Service), assim como renovação de licenças pelo prazo de 03 (três) anos para equipamentos Cisco de propriedade do TRE-RR, em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência.**

Links úteis

Download do Edital

Informações da Licitação

Licitações da UASG

Link compartilhavel

Listagem dos itens

Grupo	Item	Descrição	Descrição Complementar	Unidade	Valor	Qtd	Fornecedor	CNPJ	Situação	Motivo
1	1	Firewall	Renovação de Licenças, conforme termo de referência.	Unidade	R$ 309.950,0000	2	TELTEC SOLUTIONS LTDA	04.892.991/0001-15	Homologado	-
1	2	Firewall	Renovação de Licenças, conforme termo de referência.	Unidade	R$ 47.350,0000	2	TELTEC SOLUTIONS LTDA	04.892.991/0001-15	Homologado	-
1	3	Firewall	Renovação de Licenças, conforme termo de referência.	Unidade	R$ 626,0000	1	TELTEC SOLUTIONS LTDA	04.892.991/0001-15	Homologado	-
1	4	Firewall	Extensão de Garantia de Equipamentos, conforme termo de referência.	Unidade	R$ 3.789,0000	1	TELTEC SOLUTIONS LTDA	04.892.991/0001-15	Homologado	-
1	5	Firewall	Extensão de Garantia de Equipamentos, conforme termo de referência.	Unidade	R$ 12.790,0000	1	TELTEC SOLUTIONS LTDA	04.892.991/0001-15	Homologado	-

Listagem de marcas e modelos

Item	Marca	Fabricante	Modelo/Versão	Objeto Ofertado

Log in

End-of-Sale and End-of-Life Announcement for the Cisco Firepower 4110 Series Security Appliances & 5 YR Subscriptions

Updated: September 10, 2021

Bias-Free Language

Overview

EOL14431

Cisco announces the end-of-sale and end-of-life dates for the Cisco Firepower 4110 Series Security Appliances & 5 YR Subscriptions. The last day to order the affected product(s) is January 31, 2022. Customers with active service contracts will continue to receive support from the Cisco Technical Assistance Center (TAC) as shown in Table 1 of the EoL bulletin. Table 1 describes the end-of-life milestones, definitions, and dates for the affected product(s). Table 2 lists the product part numbers affected by this announcement. For customers with active and paid service and support contracts, support will be available under the terms and conditions of customers' service contract.

End-of-life milestones

Table 1. End-of-life milestones and dates for the Cisco Firepower 4110 Series Security Appliances & 5 YR Subscriptions

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade > Configurações de alterações >

Milestone	Definition	Date
End-of-Life Announcement Date	The date the document that announces the end-of-sale and end-of-life of a product is distributed to the general public.	August 2, 2021
End-of-Sale Date: HW, License	The last date to order the product through Cisco point-of-sale mechanisms. The product is no longer for sale after this date.	January 31, 2022
Last Ship Date: HW, License	The last-possible ship date that can be requested of Cisco and/or its contract manufacturers. Actual ship date is dependent on lead time.	May 1, 2022
End of Routine Failure Analysis Date: HW	The last-possible date a routine failure analysis may be performed to determine the cause of hardware product failure or defect.	January 31, 2023
End of New Service Attachment Date: HW	For equipment and software that is not covered by a service-and-support contract, this is the last date to order a new service-and-support contract or add the equipment and/or software to an existing service-and-support contract.	January 31, 2023
End of Service Contract Renewal Date: HW	The last date to extend or renew a service contract for the product.	April 28, 2026
End of Signature Release Date: License	The date after which there will be no more signature update release for Cisco Firepower 4110 Series Security Appliances & 5 YR Subscriptions	January 31, 2027
Last Date of	The last date to receive applicable service and support for	January 31, 2027

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade > Configurações de alterações >

Milestone	Definition	Date
	services for the product are unavailable, and the product becomes obsolete.	

HW = Hardware **OS SW = Operating System Software** **App. SW = Application Software**

Product part numbers

Table 2. Product part numbers affected by this announcement

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade > Configurações de alterações >

End-of-Sale Product Part Number	Product Description	Replacement Product Part Number	Replacement Product Description	Additional Information
FPR4110-ASA-K9	Cisco Firepower 4110 ASA Appliance, 1U, 2 x NetMod Bays	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
FPR-4110-K9=	Firepower 4110 Appliance, 2 x NetMod Bays, w/o pwr, SSD, Fan	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
FPR-4110-K9	Firepower 4110 Appliance, 1U, 2 x NetMod Bays	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
FPR4110-AMP-K9	Cisco Firepower 4110 AMP Appliance, 1U, 2 x NetMod Bays	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
FPR4110-BUN	Cisco Firepower 4110 Master Bundle	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
FPR4110-FTD-HA-BUN	Cisco Firepower 4110 Threat Defense Chss,Subs HA Bundle	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
FPR4110-	Cisco Firepower	See Product	Cisco	-

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade > Configurações de alterações >

End-of-Sale Product Part Number	Product Description	Replacement Product Part Number	Replacement Product Description	Additional Information
FPR4110-NGIPS-K9	Cisco Firepower 4110 NGIPS Appliance, 1U, 2 x NetMod Bays	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
FPR4110IPS-BUN-PR	Cisco Firepower 4110 NGIPS Bundle Promotion	There is currently no replacement product available for this product.	-	-
L-FPR4110-P-5Y	Cisco Defense Orchestrator for Firepower 4110 5yr subscr	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
L-FPR4110T-AMP-5Y	Cisco FPR4110 Threat Defense Malware Protection 5Y Subs	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
L-FPR4110T-T-5Y	Cisco FPR4110 Threat Defense Threat Protection 5Y Subs	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
L-FPR4110T-TC-5Y	Cisco FPR4110 Threat Defense Threat and URL 5Y Subs	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade > Configurações de alterações >

End-of-Sale Product Part Number	Product Description	Replacement Product Part Number	Replacement Product Description	Additional Information
	Threat and Malware 5Y Subs			
L-FPR4110T-TMC-1PR	Cisco FPR4110 FTD Threat, Malware and URL 1YR Sub Promo	There is currently no replacement product available for this product.	-	-
L-FPR4110T-TMC-5Y	Cisco FPR4110 Threat Defense Threat, Malware and URL 5Y Subs	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-
L-FPR4110T-URL-5Y	Cisco FPR4110 Threat Defense URL Filtering 5Y Subs	See Product Migration Options section for details.	Cisco Firepower 4112 Series	-

Product migration options

Customers may be able to use the Cisco Technology Migration Program (TMP) where applicable to trade-in eligible products and receive credit toward the purchase of new Cisco equipment. For more information about Cisco TMP, customers should work with their Cisco Partner or Cisco account team. Cisco Partners can find additional TMP information on Partner Central at: https://www.cisco.com/web/partners/incentives_and_promotions/tmp.html.

Customers may be able to continue to purchase the Cisco Firepower 4110 Series Security Appliances & 5 YR Subscriptions through the Cisco Certified Refurbished Equipment program. Refurbished units may be available in limited supply for sale in certain countries on a first-come, first-served basis until the Last Date of Support has been reached. For information about the Cisco Certified Refurbished Equipment program, go to: https://www.cisco.com/go/eos.

Service prices for Cisco products are subject to change after the product End-of-Sale date.

The Cisco Takeback and Recycle program helps businesses properly dispose of surplus products that have reached their end of useful life. The program is open to all business users of Cisco equipment and

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade > Configurações de alterações >

its associated brands and subsidiaries. For more information, go to: https://www.cisco.com/web/about/ac227/ac228/ac231/about_cisco_takeback_recycling.html.

For more information

For more information about the Cisco End-of-Life Policy, go to: https://www.cisco.com/en/US/products/products_end-of-life_policy.html.

For more information about the Cisco Product Warranties, go to: https://www.cisco.com/en/US/products/prod_warranties_listing.html.

To subscribe to receive end-of-life/end-of-sale information, go to: https://www.cisco.com/cisco/support/notifications.html.

Any authorized translation issued by Cisco Systems or affiliates of this end-of-life Product Bulletin is intended to help customers understand the content described in the English version. This translation is the result of a commercially reasonable effort; however, if there are discrepancies between the English version and the translated document, please refer to the English version, which is considered authoritative.

Quick Links -

About Cisco

Contact Us

Careers

Connect with a partner

Resources and Legal -

Feedback

Help

Terms & Conditions

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade > Configurações de alterações >

Accessibility

Trademarks

Supply Chain Transparency

Sitemap

©2023 Cisco Systems, Inc.

Ao continuar a usar nosso site, você reconhece o uso de cookies.
Declaração de privacidade › Configurações de alterações ›

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

- PDTI 2021 a 2023 -

São Paulo – SP

Outubro de 2021

Versão 3.0

JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3

Desembargador Federal MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR

Presidente

Desembargadora Federal CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA

Vice-Presidente

Desembargadora Federal MARISA FERREIRA DOS SANTOS

Corregedora Regional

Senhor OTÁVIO AUGUSTO PASCUCCI PERILLO

Diretor-Geral

Senhor DAVID PANESSA BACCELLI

Assessor da Assessoria de Gestão de Sistemas - AGES

Seção Judiciária de São Paulo - SJSP

Juiz Federal MARCIO FERRO CATAPANI

Diretor do Foro

Juíza Federal LETICIA DEA BANKS FERREIRA LOPES

Vice-diretora – Capital

Juiz Federal SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO

Vice-diretor - Interior

Senhora MÁRCIA TOMIMURA

Diretor da Secretaria Administrativa

Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul - SJMS

Juiz Federal RICARDO DAMASCENO DE ALMEIDA

Diretor do Foro

Juiz Federal BRUNO CEZAR DA CUNHA TEIXEIRA

Vice-diretor do Foro

Senhor JULIO CEZAR DA LUZ FERREIRA

Diretor da Secretaria Administrativa

Comitê de Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGETIC

Daniel Henrique Guimarães

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI

Marcos Antônio de Aguiar

Diretor da Subsecretaria de Atendimento e Recursos de Informática - UARI

Cristiano Wilson Cruge

Diretora da Subsecretaria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas - UDEM

Guilherme Sant'ana Cavalcanti de Queiroz

Diretor da Divisão de Acompanhamento de Contrato - DIAC

Vinicius Souza Barbosa

Diretora da Divisão de Administração de Redes - DRED

Inês de Fátima Figueiredo Lopes

Diretora da Divisão de Atendimento a Usuários - DATE

Miguel Ângelo Caetano

Diretora da Divisão de Administração de Dados e Banco de Dados - DIAD

Fábio Rodrigo Cuzzatti

Diretor da Divisão de Sistemas de Processo Judicial Eletrônico - DSPE

Jorge Akio Fukagawa

Diretor da Divisão de Sistemas Administrativos e Apoio - DSAP

Maristela Mayumi Fukunaga Hirata

Diretora da Divisão de Sistemas Judiciários - DEJU

Marcelo Carnaval

Diretor da Divisão de Projetos de Sistemas - DIPS

Pedro Raimundo do Nascimento

Supervisor da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação - RGET

Grupo de Trabalho

Claudia Mayumi Harada

Analista da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação - RGET

Anderson Alves Chieregat

Analista da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação - RGET

HISTÓRICO DE REVISÃO

Versão	Data	Autores	Descrição
0.1	17/05/2021	RGET	Elaboração do documento
1.0	17/09/2021	SETI	Revisão Inicial
2.0	22/09/2021	RGET	Pequenas alterações e Revisão Final
2.1	01/10/2021	RGET	Ajustes, conforme proposto pela SETI email em 30/09/2021
3.0	15/10/2021	Anderson Alves Chieregat, Inês de Fátima Figueiredo Lopes e Celso Bettanin Rodellla	Revisão Ortográfica

JUSTIÇA FEDERAL

SUMÁRIO

HISTÓRICO DE REVISÃO 4
SUMÁRIO 5
APRESENTAÇÃO 7
Abrangência 7
Período de Validade e Monitoramento 7
Estrutura do PDTI-JF3R de 2021 - 2023 8
1. METODOLOGIA 9
1.1. Introdução 9
1.2. Preparação 10
1.2.1. Fundamentação Legal 10
1.2.2. Documentos de Referência 12
1.3. Diagnóstico 13
1.3.1. Atividade: Levantar a Estrutura e Recursos de TI 13
1.3.2. Atividade: Analisar Ambiente 13
1.3.3. Atividade: Levantar as Necessidades de TI 13
1.4. Planejamento 14
1.4.1. Atividade: Consolidar, Analisar e Priorizar as Necessidades de TI 15
1.4.2. Atividade: Desenvolver os Planos de TI 16
1.4.2.1. Tarefa: Desenvolver o Plano de Iniciativas de TI 16
1.4.2.2. Tarefa: Desenvolver o Plano Orçamentário de TI 17
1.4.2.3. Tarefa: Desenvolver o Plano de Capacitação de TI 17
1.4.2.4. Tarefa: Desenvolver o Plano de Contratações de TI 17
1.4.3. Atividade: Definir as Regras de Acompanhamento da Execução do PDTI 17
1.4.4. Atividade: Riscos e Fatores Críticos para a Execução do PDTI 17
1.4.4.1. Tarefa: Identificação do Risco 18
1.4.4.2. Tarefa: Análise e Avaliação do Risco 18
1.4.4.3. Tarefa: Resposta, Tratamento e Identificação do Responsável ao Risco 19
1.4.4.4. Tarefa: Mapa de Riscos 19
1.4.5. Atividade: Consolidar dados e Elaborar da Minuta do PDTI-JF3R 20
1.4.6. Atividade: Avaliar e Aprovar a Minuta do PDTI-JF3R 20
1.4.7. Atividade: Publicar Minuta do PDTI-JF3R 20
2. ESTRUTURA E RECURSOS DE TI DA JF3R 22
2.1. Organograma da SETI 22
2.2. Estrutura Organizacional da SETI 23
2.2.1. Quantitativo e Atribuições das Principais Unidades da SETI 23

2.2.2. Análise de Ambiente de TI da JF3R 26
3. DIRECIONADORES 27
3.1. Diretrizes de Gestão 27
3.2. Macrodesafios de Gestão 28
3.3. Objetivos Estratégicos da TI 31
4. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES PRIORITÁRIAS 36
5. PLANOS DE TI 40
5.1. Plano de Iniciativas de TI 40
5.2. Plano Orçamentário de TI 40
5.2.1. Plano Orçamentário de TI para 2021 40
5.2.2. Plano Orçamentário de TI para 2022 41
5.3. Plano de Capacitação de TI 42
5.4. Plano de Contratação de TI 44
5.4.1. Plano de Novas Contratações de TI para 2021 45
5.4.2. Plano de Contratações Continuadas de TI para 2021 46
5.4.3. Plano de Novas Contratações de TI para 2022 50
6. ACOMPANHAMENTO DO PDTI 52
6.1. Pontos de Controle 52
6.2. Indicadores e Metas para Monitoramento 52
7. FATORES CRÍTICOS PARA A EXECUÇÃO DO PDTI 53
7.1. Riscos inerentes ao Planejamento, à Execução e ao Monitoramento do PDTI 53
7.1.1. Risco 1: Excesso de Iniciativas incluídas no PDTI 53
7.1.2. Risco 2: Equipe técnica sobrecarregada 54
7.1.3. Risco 3: Ausência de conhecimento técnico 54
7.1.4. Risco 4: Ausência de recursos orçamentários 55
7.1.5. Risco 5: Disponibilidade de recursos orçamentários 55
7.1.6. Risco 6: Ausência de Monitoramento do PDTI 56
7.1.7. Risco 7: Ausência de necessidades no PDTI com alta prioridade 56
8. ANEXOS 58
8.1. ANEXO I – Plano de Iniciativas 58

APRESENTAÇÃO

A Justiça Federal da 3ª Região apresenta o **Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 3ª Região – PDTI - JF3R** para o período de **2021-2023**, fruto do trabalho conjunto de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI, do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGETIC e de servidores de unidades de gestão de TI e de negócio da Justiça Federal da 3ª Região.

O PDTI 2021-2023 está em consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal - CJF e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no sentido de ser um instrumento alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário de 2021-2026 – EN-JUD, ao Plano Estratégico da Justiça Federal de 2021-2026 – PE-JF, à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário de 2021-2026 – ENTIC-JUD e ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal de 2021 a 2026 – PETI-JF, com vistas a estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

O processo de elaboração do PDTI – JF3R de 2021-2023 proporcionou oportunidades de reflexão nas diversas unidades da Justiça Federal da 3ª Região, na medida em que requereu de cada uma a avaliação das prioridades de TI necessárias para alcançar os objetivos estratégicos da instituição.

O comprometimento e o esforço conjunto das áreas de negócio, comitês gestores e áreas técnicas para execução do Plano Diretor são fundamentais para garantia da atuação sistêmica e integrada, sempre com vistas ao cumprimento da missão da instituição: garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Este PDTI tem como objetivo sistematizar o planejamento da gestão de TI para o triênio 2021-2023, contemplando as necessidades da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R para o período.

Abrangência

As ações e metas apontadas neste documento foram definidas considerando necessidades identificadas junto às unidades administrativas e de apoio judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3, da Seção Judiciária de São Paulo - SJSP e da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul - SJMS.

Período de Validade e Monitoramento

O período de validade deste PDTI compreende o triênio 2021-2023. As iniciativas, metas, indicadores e resultados serão monitorados pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGETIC, constituído pela Portaria Pres. n.º 2301, de 21 de julho de 2021.

O plano será revisto durante a sua vigência, principalmente nas alterações de estratégias, de diretrizes e de direcionadores institucionais ou de necessidades organizacionais específicas.

Estrutura do PDTI-JF3R de 2021 - 2023

Para favorecer a compreensão, este documento está estruturado nas seções elencadas a seguir:

1) Metodologia: Descrição da metodologia adotada para a elaboração do PDTI, contemplando as fases de Preparação, Diagnóstico e Planejamento;

2) Direcionadores: Direcionadores envolvidos no estabelecimento das prioridades e planos de TI, baseados principalmente nas diretrizes da Administração e na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário de 2021-2026 – ENTIC-JUD e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal de 2021-2026 – PETI-JF;

3) Análise de ambiente: A análise de ambiente relacionada à Tecnologia da Informação apresenta informações da estrutura organizacional, os quantitativos de servidores em cada setor e um resumo de suas atribuições a partir da qual foram identificadas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças;

4) Inventário de necessidades priorizadas consolidada: Relação das necessidades mapeadas a partir de levantamento realizado com o apoio das unidades de negócio da Justiça Federal da 3ª Região, priorizadas de acordo com os direcionadores e consolidadas por tipo de solicitação;

5) Planos:

- **a. Plano de Iniciativas:** Contempla as iniciativas estabelecidas no planejamento do PDTI 2021-2023 para execução ao longo de sua vigência;
- **b. Plano Orçamentário:** Contempla o orçamento destinado à TI para os exercícios de 2021 e 2022;
- **c. Plano de Capacitação:** Contempla os cursos e treinamentos para a capacitação dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI para o exercício de 2021;
- **d. Plano de Contratação:** Contempla as novas contratações para o exercício de 2021 e 2022 e as contratações continuadas para o exercício de 2021;

6) Acompanhamento do PDTI: Definição da forma pela qual o PDTI será acompanhado e monitorado;

7) Riscos e Fatores Críticos: Riscos relacionados ao PDTI que podem impactar positivamente ou negativamente no sucesso de sua execução.

1. METODOLOGIA

1.1. Introdução

Os estudos e publicações sobre melhores práticas de gestão de Tecnologia da Informação – TI recomendam que qualquer organização, seja ela pública ou privada, crie condições para uma gestão eficiente dos recursos de TI. Para isso é necessário que se elabore o planejamento das ações, que a unidade de TI terá de executar, alinhado aos objetivos estratégicos e às metas da instituição.

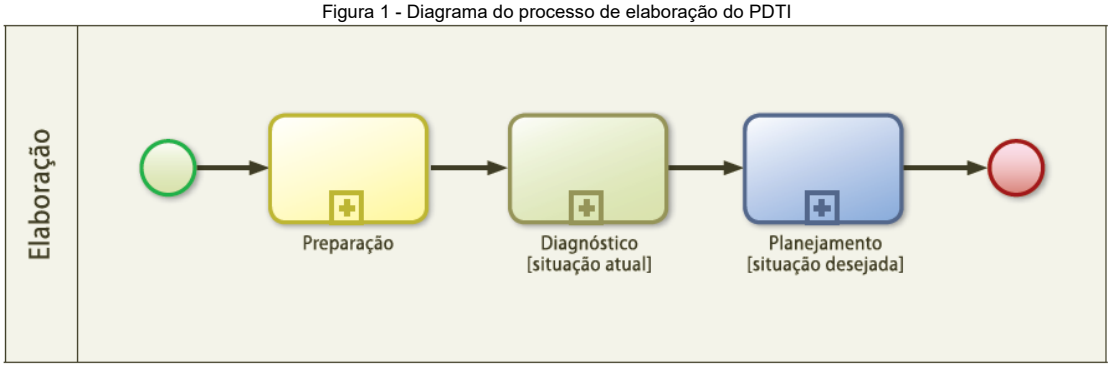
O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e tem como objetivo identificar as ações necessárias ao alcance das metas e dos objetivos institucionais estabelecidos no Planejamento Estratégico do período de 2021 a 2026. O ciclo do PDTI contempla o planejamento das iniciativas para os próximos três anos, subsidiando o processo anual de elaboração da proposta orçamentária e do plano de contratações (Resolução CNJ n.º 182/2013). Deverá ser revisto e atualizado anualmente, ajustando-se de acordo com as alterações efetuadas na Estratégia Nacional do Poder Judiciário – EN-JUD, no Plano Estratégico da Justiça Federal – PE-JF, na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF.

O PDTI deverá ser utilizado como instrumento de gestão e acompanhamento de execução das ações nele contempladas o que permitirá a tomada de medidas corretivas e preventivas, visando ajustes para atingir as metas propostas nas estratégicas e planos nacionais.

A metodologia utilizada para a elaboração do PDTI 2021-2023 orientou-se no PDTI 2018-2020, atualizando-se pelo Modelo de Referência v.2.0 do SISP – Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A elaboração do PDTI envolve as fases de **Preparação, Diagnóstico** e **Planejamento**, conforme apresentadas no diagrama a seguir e é realizada de forma compartilhada entre a Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI, a Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação - AGES, bem como pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGETIC.

Figura 1 - Diagrama do processo de elaboração do PDTI



1.2. Preparação

A preparação constitui-se das atividades de conformidade com a fundamentação legal, de consolidação dos documentos de referência e de apoio, da identificação das estratégias, princípios e diretrizes institucionais e da definição do processo de elaboração deste instrumento, o que inclui a definição da vigência do PDTI e da metodologia usada.

A fase de preparação é desenvolvida pelo grupo de trabalho responsável pela elaboração do PDTI 2021-2023.

O grupo de trabalho responsável pela fase de preparação é constituído pelos Analistas da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação - RGET, unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI que tem dentre as suas atribuições coordenar e atuar de forma conjunta com as Subsecretarias da SETI na atividade de elaboração e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI da JF3R.

É importante destacar que a equipe de trabalho também analisou documentos correlatos elaborados por outros órgãos, dentre eles o do PDTI 2021-2023 do CJF, como fonte adicional de comparação.

1.2.1. Fundamentação Legal

A seguir, a fundamentação legal que disciplina o funcionamento da TI no Poder Judiciário e que norteia a elaboração do presente instrumento de planejamento:

Tabela 1 – Fundamentação Legal

Normativo	Descrição
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Lei n.º 11.798 de 29 de outubro de 2008	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribunal de Justiça, com atuação em todo o território nacional, a quem cabe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, conforme estabelecido no inc. II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal. Art. 3º As atividades de administração judiciária, relativas a recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e informática, além de outras que necessitem coordenação central e padronização, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, serão organizadas em forma de sistema, cujo órgão central será o Conselho da Justiça Federal.
Lei n.º 11.419 de 19 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.
Decreto Lei n.º 200 de 25 de fevereiro de 1967	Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.
Resolução do CNJ n.º 325 de 29 de junho de 2020	Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.
Resolução do CNJ n.º 370 de 29 de janeiro 2021	Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
Resolução do CJF nº 88 de 11 de dezembro de 2009	Dispõe sobre a organização do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal. Art. 2º O Sistema de Tecnologia da Informação é constituído pela Secretaria

Normativo	Descrição
	de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal e pelas unidades correspondentes na estrutura organizacional dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias. Art. 3º Fica instituído o Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, ao qual, a partir da orientação estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, compete: II – elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PDTI, em conformidade com o PETI-JUS e com o planejamento estratégico da Justiça Federal, visando ao alinhamento dos investimentos na área com os objetivos do Sistema.
Resolução do CJF n.º 279 de 27 de dezembro de 2013	Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Art. 2º O MCTI-JF é o conjunto técnico-normativo formado pela Instrução Normativa SLTI/MP n.º 04, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, e pelo "Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI – JF".
Instrução normativa n.º 1, de 4 de abril de 2019	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
Acórdão n.º 1.603/2008 – Plenário do TCU	Situação da Governança de Tecnologia da Informação – TI na Administração Pública Federal. Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
Acórdão n.º 2.308/2011 – Plenário do TCU	9.1.1. Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição.
Instrução Normativa GSI/PR n.º 1 de 27 de Maio de 2020	Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.
Portaria SLTI n.º 05/2005	Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento.
Resolução do TRF3 n.º 7 de 08 de março de 2016	Institui o Comitê Multidisciplinar de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – COMIT, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região. Art. 2º A finalidade precípua do COMIT é atuar como órgão consultivo da Presidência do Tribunal, nos assuntos relativos à área de Tecnologia da Informação e Comunicação, e terá como atribuições: II - estabelecer estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovar planos de ação e promover o alinhamento das ações de investimento em TIC ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 3ª Região e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal;
Portaria PRES n.º 2301 de 21 de julho de 2021	Constitui o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGETIC, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região. Art. 3.º São atribuições do COGETIC, nos termos do art. 8.º, da Resolução CNJ n.º 370, de 28/01/2021: I – apresentar à alta administração as decisões estratégicas sobre os serviços de TIC; II – aprovar planos táticos e operacionais junto à alta administração, disseminando a importância da área de TIC nos tribunais; III – monitorar a execução orçamentária e financeira de TIC; IV – planejar, priorizar e monitorar as contratações de TIC; V – acompanhar o andamento das iniciativas estratégicas bem como seus desdobramentos; VI – apoiar a estruturação de escritório de projetos que favoreça o emprego das melhores práticas de gestão de projetos preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais; VII – definir a carteira de projetos e a gestão de portfólio de serviços de TIC; VIII – estabelecer plano de ação para iniciativas de curta duração ou escopo simplificado; IX – promover recomendações e a adoção de boas práticas;

Normativo	Descrição
	X – propor modelos e padrões referentes à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação por meio de campanhas institucionais; XI – promover a participação coletiva na elaboração de propostas e admissão de projetos; XII – analisar, organizar e estruturar o atendimento das demandas de TIC.

1.2.2. Documentos de Referência

Documentos utilizados como insumo ao longo da elaboração deste instrumento de planejamento:

Tabela 2 – Documentos de Referência

ID	Documento	Descrição
DR1	Planejamento Estratégico da Justiça Federal de 2021 a 2026 (PE-JF)	O Plano Estratégico da Justiça Federal – PE-JF resume as prioridades do segmento para o período de 2021 a 2026, no formato de missão, visão, valores, macrodesafios nacionais e específicos do Poder Judiciário e indicadores de desempenho.
DR2	Estratégia Nacional do Poder Judiciário de 2021 a 2026 (EN-JUD)	A Estratégia Nacional do Poder Judiciário – EN-JUD resume as prioridades do segmento para o período de 2021 a 2026, no formato de missão, visão, valores, macrodesafios nacionais e específicos do Poder Judiciário e indicadores de desempenho.
DR3	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal de 2021 a 2026 (PETI – JF)	O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI descreve a estratégia e define a trajetória, na área de TI, que a JF realizará por serviços judiciais de melhor qualidade. É a síntese das políticas públicas judiciárias, relacionadas à TI, que se intenciona implementar no período de 2021 a 2026, no formato de objetivos, indicadores e metas.
DR4	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário de 2021 a 2026 (ENTIC-JUD)	A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD para o sexênio 2021-2026 foi elaborada em harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial com o que estabelece o "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados". O objetivo da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário é constituir o principal instrumento de promoção da governança ágil e da transformação digital do Poder Judiciário por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica do Poder Judiciário.
DR5	Manual de Gestão por Processos e Gerenciamento de Riscos da Justiça Federal da 3ª Região	PO1 – Definir um Plano Estratégico de TI PO1.2 – Alinhamento entre TI e Negócio PO1. 4 – Plano Estratégico de TI
DR6	Mapa de Riscos do PDTI de 2021-2023	Mapa dos riscos no processo de elaboração do PDTI, de acordo com as orientações do Manual de Gestão por Processos e Gerenciamento de Riscos da Justiça Federal da 3ª Região.
DR7	Guia de PDTIC do SISP v. 2.0 - Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	O Guia de PDTIC do SISP tem por finalidade disponibilizar conhecimento para auxiliar a elaboração e o acompanhamento de um PDTIC, com conteúdo e qualidade mínimos para aprimorar a governança e a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações nos órgãos da Administração Pública Federal – APF.
DR8	Planilha de Necessidades Prioritárias	Planilha das necessidades prioritárias de TI elencadas pelas diversas unidades da Justiça Federal da 3ª Região.
DR9	Planilha de Necessidades Consolidadas	Planilha das necessidades consolidada por similaridade de solicitação e ordenada por prioridade.
DR10	Planilha de Iniciativas de TI	Planilha com as iniciativas estabelecidas no planejamento do PDTI 2021-2023 para execução ao longo de sua vigência

1.3. Diagnóstico

Trata-se da análise do atual quadro da tecnologia da informação da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R através das seguintes atividades:

1.3.1. Atividade: Levantar a Estrutura e Recursos de TI

O levantamento da estrutura e dos recursos de TI é realizado com apoio das unidades administrativas e técnicas vinculadas à Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI, conforme apresentado em **2 – ESTRUTURA E RECURSOS DE TI DA JF3R**.

1.3.2. Atividade: Analisar Ambiente

Atividade executada de forma colaborativa durante a fase de diagnóstico visando a identificação e consolidação das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças relacionadas à tecnologia da informação no âmbito da JF3R conforme apresentado em **2 – ESTRUTURA E RECURSOS DE TI DA JF3R**.

1.3.3. Atividade: Levantar as Necessidades de TI

O levantamento de necessidades de TI contempla as necessidades de soluções e de serviços de Tecnologia da Informação no âmbito da JF3R que potencialmente integrarão as prioridades do PDTI.

As necessidades foram levantadas pelas unidades de negócio da JF3R e classificadas por Tipo de Necessidade, conforme abaixo:

Tabela 3 – Tipos de Necessidade

Tipo de Necessidade	Descrição
Serviço	Serviço: Descrever o objeto, estimar a quantidade e o prazo Ex: Links de Internet do TRF3 de 1Gbps para 12 meses
Equipamento	Infraestrutura: Descrever o objeto e estimar a quantidade Ex1: Aquisição de 2 impressoras laser Ex2: Aquisição de 1 switch
Informação	Informação: Indicar qual a informação necessária e a fonte de origem Ex: Acesso à base de antecedentes criminais da Polícia Federal
Sistema	Sistema: Informar qual é o sistema, descrevendo o objetivo Ex: Implementação do SERH para ser o sistema de RH da JF3R
Melhoria em Sistema	Melhoria em Sistema: Informar qual é o sistema, descrevendo o objetivo Ex: Implementar o duplo fator de autenticação no PJe1G e PJe2G
Educacional	Educacional: Informar o curso e a quantidade estimada de participantes Ex: Curso Online de ITIL V4 para 5 participantes
Software	Licença: Informar a licença de software e estimar a quantidade Ex: Licenças Autocad para 10 servidores
Diversos de TI	Diversos de TI: Informar solicitações de TI que não se enquadram nas classificações anteriores com objeto e quantidade Ex1: Fones de ouvido para 9.000 servidores Ex2: Leitor de código de barras para 10 servidores

Adicionalmente, o solicitante informa em quais objetivos estratégicos do ENTIC-JUD ou PETI-JF a necessidade está alinhada, bem como se há determinação legal/regulamentar para a devida implementação da solicitação e se a mesma está alinhada também ao sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Cada necessidade também deve vir acompanhada da indicação de sua importância sob a perspectiva do solicitante com base na técnica de seleção de projetos denominada GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).

Resumidamente, a avaliação segundo o modelo GUT estabelece o seguinte entendimento:

- **Gravidade:** Atribuir NOTA, considerando o impacto que a solicitação causará na JF3R em caso de não implementação;
- **Urgência:** Atribuir NOTA, considerando o tempo para evidenciar o impacto que a solicitação causará na JF3R em caso de não implementação;
- **Tendência:** Atribuir NOTA, considerando a tendência que o impacto seguirá com o passar do tempo em caso de não implementação.

Para cada uma das necessidades elencadas, a unidade requisitante deve informar uma NOTA, conforme **Tabela IV – Matriz de Priorização GxUxT**, sendo o resultado obtido pelo Cálculo:

Fórmula 1 – Cálculo da Prioridade

$$\textbf{Prioridade GxUxT} = \boldsymbol{Gravidade\ (G) * Urgência\ (U) * Tendência\ (T)}$$

Tabela 4 – Matriz de Priorização GxUxT

Nota	Gravidade - G	Urgência - U	Tendência - T
1	Nenhum	Impacto > 3 Anos	Desaparece Completamente
2	Mínimo	2 > Impacto > 3 anos	Reduz Ligeiramente
3	Alto	1 > Impacto > 2 anos	Permanece Estável
4	Grave	Impacto < 1 ano	Aumenta

É a partir do inventário de necessidades de TI que as principais ações integrantes do PDTI são derivadas. A relação completa pode ser encontrada no documento de referência **DR8 – Planilha de Necessidades Prioritárias**, anexo ao processo SEI n.º 0280560-44.2021.4.03.8000.

A análise geral das necessidades de TI na JF3R poderá ser verificada em **4 – INVENTÁRIO DAS NECESSIDADES PRIORITÁRIAS**.

1.4. Planejamento

O planejamento constitui-se na definição das iniciativas prioritárias que serão executadas ao longo da vigência do PDTI. Tais iniciativas são derivadas da priorização do inventário de necessidades realizada pelas instâncias de governança de TI, bem como do resultado da fase de diagnóstico, e estão necessariamente alinhadas às estratégias, diretrizes e direcionadores institucionais.

Destaca-se que esta fase depende de importantes deliberações das camadas de governança de TI, principais responsáveis pelo direcionamento dos anteriormente mencionados planos e ações, para as quais o Plano Diretor de TI é instrumento indispensável para efetiva avaliação, direcionamento e monitoramento das iniciativas e dos resultados de TI.

O PDTI também é utilizado como instrumento de gestão e de acompanhamento das ações nele contempladas. O constante monitoramento permite a tomada de medidas corretivas e preventivas, contribuindo para o alcance das metas, do incremento da eficácia e da efetividade da atuação institucional.

As atividades subsequentes detalham as fases do planejamento do PDTI-JF3R de 2021 a 2023.

1.4.1. Atividade: Consolidar, Analisar e Priorizar as Necessidades de TI

A atividade de análise, consolidação e a priorização das necessidades de TI envolve a participação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGETIC da Justiça Federal da 3ª Região, subsidiando a deliberação do mesmo nas necessidades apontadas pelas diversas áreas da JF3R.

A consolidação das atividades de TI consiste em agrupar as solicitações de mesmo objeto principal, e analisá-las segundo critérios pré-definidos pela JF3R, conforme **Matrizes de Priorização de Critérios e Pesos**:

Tabela 5 – Matriz de Priorização de Critérios

Critério	Descrição	Pontuação				
		0	1	4	7	10
Alinhamento Estratégico	Analisar se a necessidade está alinhada com os Objetivos Estratégicos do ENTIC-JUD e PETIC-JF	Não atende nenhum Objetivo Estratégico	Até 3 Objetivos Estratégicos	Até 5 Objetivos Estratégicos	Até 6 Objetivos Estratégicos	6 ou mais Objetivos Estratégicos
Determinação Legal/ Regulamentar	Avaliar se há normativo que embasa a necessidade	Não possuí determinação legal	JF3R	CJF	CNJ	Constituição Federal do Brasil e Códigos
Alinhamento ao PJe	Analisar se o projeto contribui para a modernização/correção do PJe	Não possuí relação com o PJe	Ação que interage com o PJe	Ação que interage e complementa o PJe	Ação que interage, complementa e desativa legados do PJe	Ação direta no PJe
Prazo Estimado	Tempo estimado para executar o projeto que atende à necessidade	Maior que 6 anos	De 3 a 6 anos	De 2 a 3 anos	De 1 a 2 anos	Até 1 ano
Custo Estimado	Avaliar o custo estimado necessário para as aquisições ou as contratações de serviços	Mais que R$ 5 Milhões	De R$ 1 à 5 Milhões	De R$ 500 Mil a 1 Milhão	De R$ 100 Mil a R$ 500 Mil	Até R$ 100 Mil ou se utiliza de infraestrutura e recursos existentes
Beneficiados	Verifica o público-alvo a ser beneficiado com o atendimento à necessidade	Nenhuma unidade ou órgão beneficiada	Atende uma unidade de um único órgão	Atende várias unidades de um único órgão	Atende várias unidades de 2 ou mais órgãos	Atende uma ou mais unidades dos 3 órgãos

Tabela 6 – Matriz de Peso de Critérios

Critério	Descrição	Peso				
		0	1	2	3	4
Viabilidade ou Estágio de Implementação	Verifica o estágio de implementação e a viabilidade da necessidade	Inviável ou Implementado ou NÃO TI	Em Planejamento ou Implementado até 25%	Implementado de 25% até 50%	Implementado de 50% até 75%	Implementado acima de 75%

A priorização, conforme **Matrizes de Peso de Critérios**, é obtida pelo cálculo:

Fórmula 2 – Cálculo da Prioridade

$$\textbf{Prioridade por Critérios} = Peso * \sum_{0}^{n} Critérios$$

A Prioridade Geral consiste na pontuação total obtida, permitindo que as necessidades consolidadas de TI sejam ordenadas conforme sua importância na JF3R, sendo obtida pelo cálculo:

Fórmula 3 – Cálculo da Prioridade Geral

$$\textbf{Prioridade Geral} = Prioridade\ GxUxT + Prioridade\ por\ Critérios$$

(Em casos onde a Prioridade por Critérios seja igual a ZERO, a Prioridade Geral também será ZERO)

É a partir da consolidação, análise e priorização das necessidades de TI que os planos de TI são derivados. A relação completa pode ser encontrada no documento de referência **DR9 – Planilha de Necessidades Prioritárias Consolidadas**, anexo ao processo SEI n.º 0280560-44.2021.4.03.8000.

1.4.2. Atividade: Desenvolver os Planos de TI

Com base no resultado das necessidades priorizadas e consolidadas, os **Planos de TI** podem ser desenvolvidos, apresentados e monitorados.

A fase de planejamento resulta nos seguintes planos que integram o PDTI:

- **Plano de Iniciativas de TI;**
- **Plano Orçamentário de TI;**
- **Plano de Capacitação de TI;**
- **Plano de Contratações de TI;**

1.4.2.1. Tarefa: Desenvolver o Plano de Iniciativas de TI

O **Plano de Iniciativas de TI** tem como objetivo atender às necessidades prioritárias consolidadas de TI, sendo executado durante o período de 2021 a 2023 de acordo com o orçamento e capacidade de infraestrutura e mão de obra da TI.

A relação completa de iniciativas pode ser encontrada em **ANEXO I – Plano de Iniciativas** e em **DR10 – Planilha de Iniciativas**, anexo ao processo SEI n.º 0280560-44.2021.4.03.8000.

1.4.2.2. Tarefa: Desenvolver o Plano Orçamentário de TI

O **Plano Orçamentário de TI** consiste na estimativa de verba financeira para o triênio de 2021 a 2023 disponível à Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI para a execução das atividades de TI visando o pleno funcionamento da atividade jurisdicional da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R.

Diante deste plano, a Governança de TI da JF3R irá acomodar as iniciativas de TI que demandem contratação direta ou indireta de fornecedores de recursos tecnológicos para a execução do PDTI-JF3R de 2021 a 2023.

Tal plano pode ser encontrado em **5.2 – Plano Orçamentário de TI**.

1.4.2.3. Tarefa: Desenvolver o Plano de Capacitação de TI

.

O **Plano de Capacitação de TI** consiste na capacitação de servidores da SETI quanto das demais unidades da JF3R que necessitem aperfeiçoar seus conhecimentos em TI para o melhor desempenho em suas atividades.

Tal plano é constituído de ações que requeiram a contratação de treinamentos e campanhas internas de capacitação e pode ser encontrado em **5.3 – Plano de Capacitação de TI**.

1.4.2.4. Tarefa: Desenvolver o Plano de Contratações de TI

O **Plano de Contratações de TI** consiste no alinhamento do **Plano de Iniciativas de TI** com o **Plano Orçamentário de TI**, visando dar objetividade na execução das iniciativas de TI que necessitem da realização de certame licitatório para o seu cumprimento durante o triênio de 2021 a 2023.

Tal plano pode ser encontrado em **5.4 – Plano de Contratação de TI**.

1.4.3. Atividade: Definir as Regras de Acompanhamento da Execução do PDTI

A atividade regras de acompanhamento da execução do PDTI visa disciplinar a forma e periodicidade de atualização do mesmo durante o ciclo de 2021 a 2023, sendo encontrada em **6 - Acompanhamento do PDTI**.

1.4.4. Atividade: Riscos e Fatores Críticos para a Execução do PDTI

Os **Riscos e Fatores Críticos para a Execução do PDTI** consistem em identificar e avaliar os riscos associados ao processo de elaboração e cumprimento deste PDTI visando maximizar a probabilidade de sucesso do mesmo.

Os riscos são gerenciados consoante o **Manual de Gestão por Processos e Gerenciamento de Riscos da Justiça Federal da 3ª Região** que estabelece que uma vez identificados os riscos, suas causas e consequências, é preciso avaliar sua probabilidade de ocorrência e impacto, a fim de possibilitar ao responsável e demais partes interessadas, uma rápida compreensão quanto à magnitude dos riscos e visualização das respostas demandadas. A avaliação de riscos é realizada conforme os critérios seguintes:

1.4.4.1. Tarefa: Identificação do Risco

Tabela 7 – Matriz de Identificação do Risco

Identificador	Descrição
Risco	Evento que, se desencadeado, causará incerteza ao processo/projeto cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade das partes interessadas.
Causa	Mapeamento da origem do evento identificado como risco
Consequência	Evento(s) que se desencadeia(m) do não tratamento do risco

1.4.4.2. Tarefa: Análise e Avaliação do Risco

Tabela 8 – Matriz de Níveis de Probabilidade

Pontuação	Probabilidade	Descrição
1	Muito baixa	Dificilmente ocorrerá
2	Baixa	Ocorrência em circunstâncias excepcionais
3	Média	Tem alguma chance de ocorrer em condições normais
4	Alta	Espera-se que ocorra
5	Muito alta	Provavelmente ocorrerá

Tabela 9 – Matriz de Níveis de Impacto

Pontuação	Probabilidade	Descrição
1	Muito baixo	Impacto será insignificante para o processo/projeto
2	Baixo	Impacto de pouca relevância para o processo/projeto
3	Médio	Impacto será considerável, porém facilmente reversível
4	Alto	Impacto alto no processo/projeto, com possível reversão
5	Muito alto	Impacto irreversível

Tabela 10 – Matriz de Níveis de Eficácia dos Controles

Avaliação	Multiplicador	Descrição
1	Inexistente	Ausência completa de controle
2	Fraco	Controle centrado e dependente de conhecimentos dos servidores que executam as atividades, geralmente informal e realizado de forma manual

Avaliação	Multiplicador	Descrição
3	Mediano	Controle pode falhar por não contemplar todos os aspectos relevantes do risco ou porque seu desempenho e/ou as ferramentas que o suportam não são adequados
4	Satisfatório	Controle normatizado, sustentado por ferramentas adequadas. Reduz razoavelmente os riscos. Pode ser aperfeiçoado.
5	Forte	Controle reduz o risco associado em todos os aspectos relevantes, podendo ser enquadrado como "boa prática".

1.4.4.3. Tarefa: Resposta, Tratamento e Identificação do Responsável ao Risco

Tabela 11 – Matriz de Resposta aos Riscos

Resposta	Descrição
Evitar	Eliminar a fonte de risco
Aceitar	Aceitar o risco
Reter	Os controles existentes são suficientes ou a relação custo/benefício para implantação dos controles não é favorável, uma vez que os impactos podem ser absorvidos pelo órgão.
Reduzir	Há necessidade de reduzir as possibilidades de ocorrência e/ou do impacto do risco, mediante estabelecimento de controles e/ou plano de contingenciamento.
Transferir	Implantar ações que visem reduzir o impacto e/ou a probabilidade de ocorrência do risco através da transferência ou do compartilhamento do risco com outra unidade, órgão ou empresa contratada.
Explorar	Aumentar a exposição ao risco quando representar uma oportunidade vantajosa para o órgão

Tabela 12 – Matriz de Tratamento dos Riscos

Tratamento
Enumeração das possíveis atividades que possam contribuir para redução/potencialização do risco identificado

Tabela 13 – Matriz de Responsabilidade

Responsável
Definir a seção responsável por identificar, controlar, tratar e monitorar os riscos

1.4.4.4. Tarefa: Mapa de Riscos

Tabela 14 – Mapa de Riscos

Identificador:	
Identificação do Risco	
Causa:	
Evento:	
Consequência:	

Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Resposta e Tratamento ao Risco		
Resposta	**Responsável**	
Tratamento		

A classificação de riscos pode ser encontrada em **7 – Riscos e Fatores Críticos do PDTI**.

1.4.5. Atividade: Consolidar dados e Elaborar da Minuta do PDTI-JF3R

Compreende consolidar os dados, informações coletadas e inciativas elaboradas em um único documento para a elaboração do PDTI pelo grupo de trabalho.

1.4.6. Atividade: Avaliar e Aprovar a Minuta do PDTI-JF3R

A Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI da JF3R deverá consolidar as solicitações e submeter o resultado final para avaliação e validação do **Comitê de Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGETIC** e do **Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3ª Região – CGER-JF3R**.

O COGETIC tem a responsabilidade de avaliar e validar a consistência técnica da proposta, a compatibilidade orçamentário-financeira e da força de trabalho de TI disponível, a completude do plano de tratamento dos riscos e, finalmente, o adequado atendimento às necessidades priorizadas.

O COGER-JF3R tem a responsabilidade de avaliar, dentre outros aspectos, a consistência do planejamento quanto às diretrizes institucionais, bem como o atendimento às metas e aos indicadores do Plano Estratégico da Justiça Federal.

A minuta do PDTI também é formalmente aprovada pela **Presidência do TRF3**, ocasião em que os seus efeitos passam a ser efetivamente considerados.

1.4.7. Atividade: Publicar Minuta do PDTI-JF3R

Quando formalmente aprovado, o PDTI é publicado nos portais da internet e da intranet, sendo que a sua publicação tem como objetivo promover a transparência dos investimentos de TI, o que inclui informar as ações planejadas e a prestação de contas dos resultados alcançados durante a sua vigência.

Uma vez aprovado e publicado, o PDTI não se mantém estático, sendo seu planejamento revisado periodicamente com o objetivo de manter-se alinhado às esperadas modificações das diretrizes e prioridades dos planos e estratégias que o originaram.

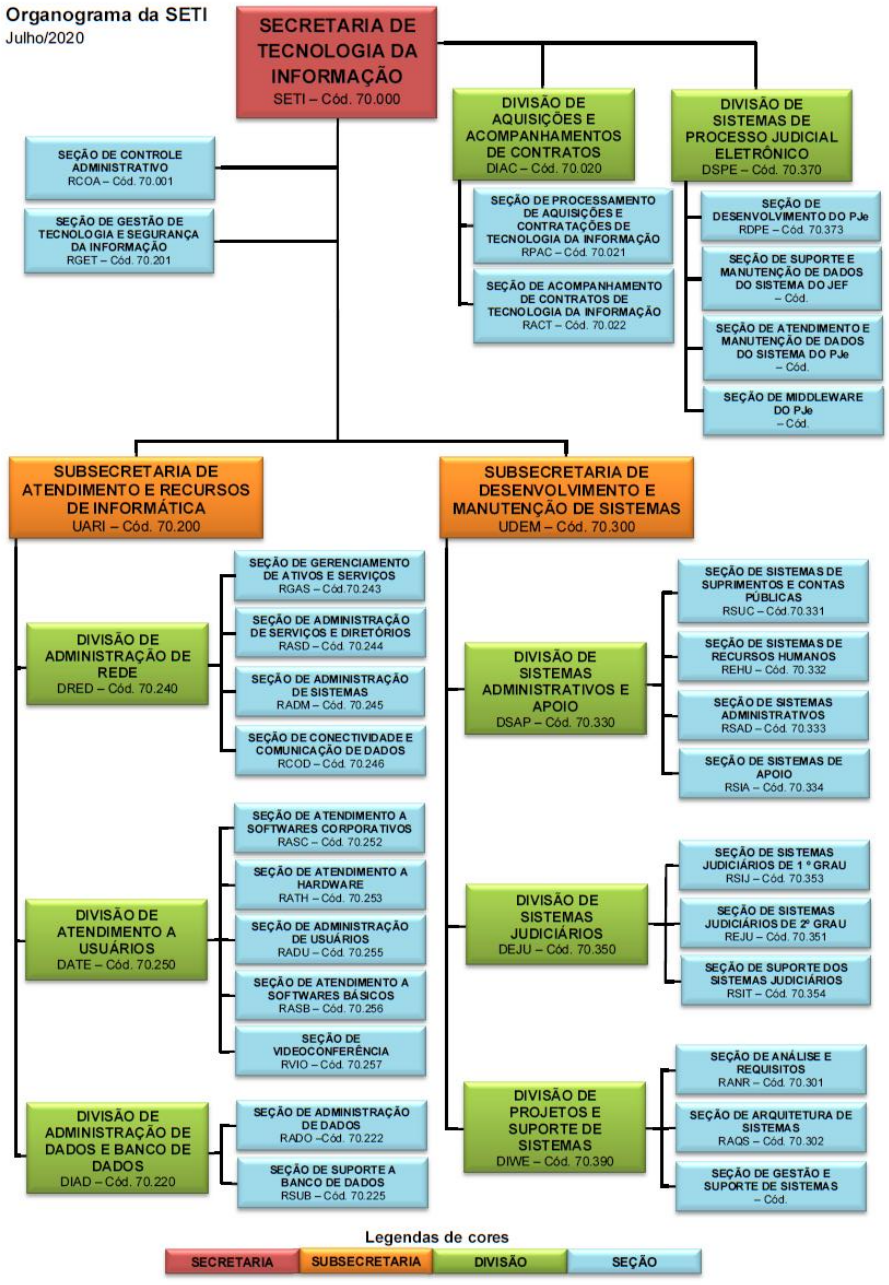
2. ESTRUTURA E RECURSOS DE TI DA JF3R

A Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI é responsável por planejar, coordenar e dirigir as atividades de informática na Justiça Federal da 3ª Região – JF3R por meio de uma infraestrutura de TI que possuí mais de 800 máquinas virtuais e/ou físicas e centenas de equipamentos de rede para garantir a execução de mais de 120 sistemas e acima de 230 serviços em seu catálogo.

Para realizar essas atribuições a SETI conta com 143 colaboradores distribuídos conforme estrutura organizacional apresentada a seguir.

2.1. Organograma da SETI

Figura 2 – Organograma da SETI da JF3R



2.2. Estrutura Organizacional da SETI

2.2.1. Quantitativo e Atribuições das Principais Unidades da SETI

Tabela 15A – Atribuições das Unidades da SETI e Total de Colaboradores

Unidade	Principais atribuições	Total de Colaboradores
Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI)	1. Planejar e controlar as atividades de desenvolvimento, documentação, implantação, otimização e manutenção dos sistemas computadorizados. 2. Realizar estudos de viabilidade para a implantação de novos projetos. 3. Desenvolver, implantar e gerenciar padrões e normas de controle de segurança e de auditoria do sistema computacional. 4. Definir a política de desenvolvimento, implantação e operação de sistemas informatizados. 5. Coordenar o portfólio de Sistemas (aplicações) a serem mantidos, desenvolvidos, terceirizados, zelando pela observância das suas respectivas prioridades. 6. Gerenciar as atividades relativas às aquisições e contratações de serviços de tecnologia da informação. 7. Coordenar planejamento orçamentário na área de TI, bem como o planejamento estratégico para atualização de equipamentos/softwares, acompanhando o desenvolvimento tecnológico. 8. Coordenar a definição das ferramentas (softwares) a serem utilizadas no desenvolvimento de sistemas corporativos ou setoriais no âmbito da 3.ª Região. 9. Coordenar as atividades relativas à administração de Internet e Intranet do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região.	3
Seção de Controle Administrativo (SCOA)	1. Prestar apoio à Secretaria e seus setores nos assuntos administrativos, no preparo e conferência de expedientes. 2. Organizar, manter e distribuir arquivos físicos e eletrônicos da Secretaria e Subsecretarias. 3. Recepcionar visitantes, marcar reuniões, fazer contatos, prestando informações sobre os assuntos pertinentes à Secretaria. 4. Receber, distribuir e controlar o andamento de documentos diversos, advindos de quaisquer meios. 5. Orientar a execução dos trabalhos administrativos pertinentes à Secretaria. 6. Alinhar os chamados técnicos advindos via Callcenter, distribuindo-os às Subsecretarias e Divisões competentes. 7. Efetivar o controle, análise e liberação via SIMAP - Sistemas de Materiais – das solicitações relacionadas à tecnologia da informação. 8. Elaborar os chamados administrativos para resolução de problemas de manutenção predial pertinentes à SETI. 9. Realizar as atividades de gerenciamento da emissão de cartas autorizadoras para emissão de certificados digitais de magistrados e servidores da Justiça Federal da 3ª Região.	2
Seção de Gestão de Tecnologia e Segurança da Informação (RGET)	1. Subsidiar a SETI – Secretaria de Tecnologia da Informação na elaboração de Relatórios relativos à Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (Controles Interno e Externo; Presidência). 2. Aperfeiçoar e manter o processo de abertura de chamados do Callcenter da SETI e da SADI. 3. Realizar e manter o processo de Gerenciamento de Mudanças assegurando que métodos e procedimentos padronizados sejam utilizados de forma eficaz em todas as alterações necessárias no ambiente de TI, melhorando a qualidade dos serviços e consequentemente aumentando as disponibilidades operacionais no dia-a-dia da organização. 4. Aprimorar os processos da Tecnologia da Informação, baseados nas melhores práticas do mercado voltados a Governança de TI, no que se refere aos processos de: a) Gerenciamento de Incidentes; b) Gerenciamento de Problemas; c) Gerenciamento de Configuração; d) Gerenciamento de Mudanças; e) Gerenciamento de Projetos. 5. Propor normas e resoluções relativas aos processos de Governança de TI e encaminhá-las para ciência e análise da Secretaria de Tecnologia da Informação. 6. Acompanhar e relatar informações de Indicadores de Desempenho de	3

Unidade	Principais atribuições	Total de Colaboradores
	Tecnologia da Informação, bem como o alcance de objetivos e metas. 7. Participar de reuniões que visem à aquisição e/ou implementação de soluções de tecnologia no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI, em conjunto com os setores responsáveis por tais soluções, com o objetivo de auxiliá-los no gerenciamento do projeto. 8. Participar de reuniões de gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI que visem à definição e ao acompanhamento dos projetos objeto do Plano Anual de Aquisição.	
Divisão de Aquisições e Acompanhamentos de Contratos (DIAC)	1. Subsidiar a Secretaria na elaboração e acompanhar a execução do Planejamento Estratégico (concernente a TI), do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Proposta Orçamentária de Tecnologia da Informação. 2. Elaborar, em conjunto com as Subsecretarias da área de informática, planos de aquisições e contratações de serviços. 3. Apoiar as demais áreas da informática na elaboração dos formulários de MCTI-JF, utilizando-se do Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI – JF. 4. Acompanhar o andamento dos processos de aquisição e contratação relacionados à TI. 5. Apoiar os gestores no acompanhamento dos contratos quanto aos prazos de execução, vigência, prazos de garantia e procedimentos de encerramento. 6. Instruir expedientes para apuração de atrasos na entrega do objeto ou descumprimento de cláusulas contratuais. 7. Gerir os projetos de TI, especialmente a padronização documental, cronogramas de execução e aspectos relacionados aos contratos decorrentes.	6
Divisão de Sistemas de Processo Judicial Eletrônico (DSPE)	1. Coordenar e monitorar as atividades relativas ao desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas de processo judicial eletrônico e à administração e manutenção da internet e intranet do JEF e Conciliação, bem como avaliar os resultados obtidos. 2. Auxiliar na definição das ferramentas (softwares) a serem utilizadas no desenvolvimento de sistemas corporativos ou setoriais. 3. Definir, em conjunto com a Secretaria, as diretrizes para o desenvolvimento de sistemas quanto às normas a serem seguidas e técnicas a serem utilizadas. 4. Definir metodologia de teste de software, inclusive suas métricas. 5. Definir, em conjunto com a Secretaria, as diretrizes e metodologias a serem adotadas para gerenciar os projetos, incluindo os aspectos das áreas de planejamento, de controles de mudanças de escopo e de configurações, de comunicação e de qualidade. 6. Identificar necessidades e/ou oportunidades de automatização de processos de trabalho. 7. Garantir a integridade da definição conceitual do dado na sua implementação. 8. Acompanhar, tecnicamente, os contratos junto às empresas prestadoras de serviços de desenvolvimento de sistemas ou de fornecimento de materiais, na área de atuação da Divisão. 9. Elaborar, em conjunto com a Secretaria, plano para substituição ou evolução dos sistemas legados, quando necessário, incluindo as linguagens, metodologias e ferramentas a serem utilizadas no seu desenvolvimento. 10. Elaborar e acompanhar o plano do projeto, descrevendo tecnologias e infraestrutura, a alocação de recursos, o escopo e as estimativas de tempo. 11. Definir o cronograma dos projetos, novos e de manutenção, os riscos, o plano de ação e de contingência e aplicar as métricas de teste de software, considerando as necessidades dos usuários e recursos disponíveis. 12. Buscar a prática de reutilização de componentes de software e manter a respectiva biblioteca e sua documentação. 13. Propor, acompanhar e mensurar os indicadores de desempenho, no desenvolvimento de software com contratos de terceirização, e elaborar relatórios gerenciais. 14. Prestar atendimento e apoio aos usuários dos sistemas e aplicativos implantados pela Divisão. 15. Redigir o Plano Inicial do Projeto (PIP) e avaliar os produtos na realização do procedimento licitatório.	18
Subsecretaria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (UDEM)	1. Coordenar as atividades de documentação, implantação, otimização e manutenção dos sistemas informatizados. 2. Definir, em conjunto com a Secretaria e Divisões subordinadas, planos de desenvolvimento de sistemas. 3. Participar da elaboração do planejamento estratégico e do Plano Diretor de	42

Unidade	Principais atribuições	Total de Colaboradores
	Tecnologia da Informação, no que se refere aos projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas. 4. Coordenar o portfólio de sistemas (aplicações) a serem mantidos, desenvolvidos e terceirizados. 5. Elaborar, em conjunto com as Divisões subordinadas, plano para substituição ou evolução dos sistemas legados, quando necessário, incluindo as linguagens, metodologias e ferramentas a serem utilizadas no seu desenvolvimento. 6. Incentivar práticas de reutilização de componentes de software, solicitando às Divisões subordinadas a criação e manutenção da respectiva biblioteca e sua documentação. 7. Acompanhar planos de implementação e de aculturação dos novos sistemas. 8. Analisar e submeter à aprovação superior os padrões de desenvolvimento de aplicações, bem como promover ações com vistas à adoção pelas áreas subordinadas. 9. Propor a política de segurança da informação no âmbito das aplicações. 10. Informar os gestores e comitês gestores dos sistemas de informação sobre as atividades em curso, seus prazos e novas demandas, para alinhamento de prioridades e tomadas de decisão. 11. Coordenar as demandas atribuídas ao grupo rotativo de desenvolvimento de sistemas.	
Subsecretaria de Atendimento e Recursos de Informática (UARI)	1. Coordenar as áreas subordinadas na elaboração do planejamento para atualização de equipamentos de infraestrutura e banco de dados. 2. Planejar e controlar a operação de equipamentos computacionais, dispositivos e acessórios, bem como sua manutenção preventiva e corretiva. 3. Planejar e controlar as atividades de administração da rede e teleprocessamento. 4. Estabelecer padrões de equipamentos, critérios de utilização e definição de aquisição de bens e serviços de TI. 5. Assistir à Secretaria na confecção de planos de ação e de contingência de infraestrutura para a área de TI. 6. Propor à Secretaria, de comum acordo com outras áreas, a política de segurança da informação. 7. Coordenar as atividades de atendimento aos usuários no âmbito da Justiça Federal 3.ª Região.	52

Tabela 15B – Distribuição dos Colaboradores nas Unidades da SETI

SIGLA	UNIDADE	Total de Colaborares
SETI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3
SCOA	SEÇÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	2
RGET	SEÇÃO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3
DIAC	DIVISÃO DE AQUISIÇÕES E ACOMP. DE CONTRATOS	6
DSPE	DIVISÃO DE SISTEMAS DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	18
UDEM	SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS	1
DEJU	DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIÁRIOS	7
DIPS	DIVISÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS	19
DSAP	DIVISÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVO E APOIO	15

SIGLA	UNIDADE	Total de Colaborares
UARI	SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO E RECURSOS DE INFORMÁTICA	1
DATE	DIVISÃO DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS	25
DIAD	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS E BANCO DE DADOS	7
DRED	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE REDE	19
TOTAL GERAL		**126**

2.2.2. Análise de Ambiente de TI da JF3R

A **Matriz SWOT** é uma ferramenta utilizada para entender o ambiente em que uma organização está inserida e para criar a base de informações necessárias para planejar seu futuro.

O termo SWOT é o acrônimo para Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats que quando traduzidos para o português resultam em Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

A análise de ambiente, além de considerar os quatro fatores citados anteriormente, também o faz considerando os ambientes internos, definido como aquele sobre o qual a organização tem controle, integrado pelas forças e fraquezas, e externo, que engloba os fatores sobre os quais não se tem controle, contemplado pelas oportunidades e ameaças.

O resultado da análise de ambiente de TI realizada para JF3R está apresentado a seguir:

Tabela 16 – Matriz SWOT – Análise de Ambiente de TI da JF3R

	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Ambiente Interno	FORÇAS (S)	FRAQUEZAS (W)
	• Bom ambiente de trabalho; • Espírito colaborativo; • Ambiente Tecnológico moderno;	• Estrutura de TI e de força de trabalho incompatível com a missão institucional; • Utilização de sistemas legados;
Ambiente Externo	OPORTUNIDADES (O)	AMEAÇAS (T)
	• Maior integração com os TRFs e outras instituições; • Implantação e padronização de sistemas nacionais; • Amadurecimento da Governança, Gestão e dos processos de trabalho;	• Incidentes cibernéticos;

3. DIRECIONADORES

Para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 3ª Região - PDTI-JF3R de 2021 a 2023 consideram-se a análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ao ambiente de TI da JF3R, bem como o alinhamento às diretrizes de Gestão, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário de 2021-2026 – EN-JUD, do Plano Estratégico da Justiça Federal de 2021-2026 – PE-JF, da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário de 2021-2026 – ENTIC-JUD e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal de 2021 a 2026 – PETI-JF.

3.1. Diretrizes de Gestão

A Alta Administração da Justiça Federal da 3ª Região segue comprometida com os **pilares essenciais da Governança de TI**, promovendo ações que objetivam o pleno **alinhamento estratégico da TI com os objetivos estratégicos da JF3R**, facilitando a geração de valor pelos processos de negócios e a entrega de serviços judiciários de qualidade.

Tais ações são executadas por meio da gestão de recursos, que busca a **manutenção, renovação e melhoria contínua dos recursos de TI** e pela gestão de riscos, que visa inibir perdas de dados e informações e **assegurar a continuidade do negócio frente a eventos adversos**, através da **medição de resultados**, onde as informações coletadas em toda a infraestrutura de TI devem ser mensuradas para gerar informações de suporte ao processo decisório.

Projetos de grande relevância para a JF3R tiveram sua continuidade no exercício de 2021, como o **Projeto PJe 100%**, cuja etapa de **migração do Sistema SISJEF para o PJe** tem previsão de conclusão até março de 2022, sendo um passo significativo para a **unificação de todos os sistemas judiciários no PJe**.

Para o PDTI com triênio 2021-2023, há também o projeto para **migração de alguns dos sistemas legados das áreas administrativas**, unificando-os no Sistema SERH.

Tais projetos de unificação de sistemas têm como objetivos oferecer aos clientes da JF3R **plataformas robustas, atualizadas, com suporte ativo e seguras** além de **reduzir consideravelmente a complexidade técnica para a continuidade dos serviços de TI** e **reduzir custos**, tendo em vista que tais sistemas são desenvolvidos por técnicos de TI de todas as regiões da Justiça Federal do Brasil, resultando no emprego eficiente e eficaz de recursos humanos e financeiros.

Ressalta-se também o comprometimento da Alta Administração em **investimentos que promovam a proteção dos dados** contra ações que possam comprometer a continuidade da prestação dos serviços judiciários oferecidos pela JF3R, bem como a captura desses dados por agentes ilegais, **adequando-se continuamente à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD**.

3.2. Macrodesafios de Gestão

Os macrodesafios de gestão a seguir foram extraídos do Plano Estratégico da Justiça Federal – PE-JF para 2021 a 2026.

Tabela 17 – Macrodesafios do PE-JF

Perspectiva	Macrodesafios		Indicadores
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.	IAJ - Índice de Acesso à Justiça
	Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade	Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário
			Índice de Transparência
Processos Internos	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.	Taxa de congestionamento das execuções fiscais
			TCL - Taxa de Congestionamento Líquido, exceto execuções fiscais
			IAD - Índice de Atendimento à Demanda
			Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do judiciário
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.	Índice de Prescrição
			TpCpICE - Tempo Médio dos processos pendentes de Improbidade e Corrupção
			Tempo médio de tramitação dos processos administrativos disciplinares.
	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para conflitos	Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.	Índice de Conciliação
			Índice de realização de audiências nos CEJUSCs (audiências realizadas nos CEJUSCs em relação aos casos novos)
			Índice de casos remetidos para câmara de conciliação/mediação

Perspectiva	Macrodesafios		Indicadores
			IC334 - Índice de realização de audiências do artigo 334 do CPC
	Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios	Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.	Tempo médio entre o trânsito em julgado do precedente e o trânsito em julgado do processo em que a tese deveria ter sido aplicada
			Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)
			Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)
	Promoção da Sustentabilidade	Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.	Ids - índice de desempenho de sustentabilidade
	Aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal	Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.	Taxa de encarceramento
			TpCpCCrim – Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento
			TpDecPen - Tempo médio das decisões em execução penal
			TpPrisProv – Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios
			TpPrisProv - Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios: indica o tempo médio entre o dia da prisão dos presos provisórios e o julgamento em primeira instância
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão	Desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”
			Estágio do órgão em governança institucional

Perspectiva	Macrodesafios		Indicadores
		documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.	
	Aprimoramento da gestão do acervo de ações relativas a benefícios previdenciários e assistenciais	-	Índice de julgamento das ações previdenciárias e assistenciais
Aprendizado e Conhecimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.	Índice de absenteísmo-doença
			PRQV – Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho
			Índice de capacitação de magistrados
			Índice de capacitação de servidores
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.	IDOB - Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias
			IEDD - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias
			IEP - Índice de Execução das Dotações para Projetos
	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.	IGovTIC-JUD (indicador da TI) - avalia governança, gestão e infraestrutura de TIC
			Percentual de casos eletrônicos sobre acervo total
	Fortalecimento da Segurança e Proteção Institucional	-	-

3.3. Objetivos Estratégicos da TI

Os objetivos estratégicos da TI, abaixo, foram extraídos da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD para 2021 a 2026 e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça Federal – PETIC-JF.

Tabela 18 – Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD

Perspectiva	Macrodesafios	Objetivos Estratégicos	Indicador	Meta
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	• Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário; • Promover a Transformação Digital;	Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD)	Atingir no mínimo 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade satisfatório até dezembro de 2026.
	Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade			
Processos Internos	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	• Aperfeiçoar a Governança e a Gestão; • Aprimorar as Aquisições e Contratações; • Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados; • Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.		
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais			
	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para conflitos			
	Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios			
	Promoção da Sustentabilidade			

Perspectiva	Macrodesafios	Objetivos Estratégicos	Indicador	Meta
	Aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal			
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária			
	Aprimoramento da gestão do acervo de ações relativas a benefícios previdenciários e assistenciais			
Aprendizado e Conhecimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	• Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores; • Buscar a Inovação de Forma Colaborativa;		
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira			
	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados			
	Fortalecimento da Segurança e Proteção Institucional			

Tabela 19 – Objetivos Estratégicos da ENTIC-JUD

Perspectiva	Macrodesafios		Objetivos Estratégicos		Indicador	Meta	Iniciativas
Aprendizado e Conhecimento	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.	Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Promover a transformação digital e os avanços tecnológicos do órgão por meio de mudanças tecnológicas, culturais e o aprimoramento de processos de trabalho, visando maximizar a entrega de valor dos serviços prestados aos usuários.	Índice de satisfação dos clientes internos com os serviços de TI	Atingir, até 2025, 85% de satisfação dos clientes internos de TI	• Mapear serviços ofertados à sociedade com viabilidade de operar sob a forma digital; • Implantar programa de transformação digital; • Apoiar a regulamentação do trabalho híbrido; • Definir ações de melhoria contínua para o aprimoramento da taxa de satisfação dos usuários; • Disponibilizar soluções de infraestrutura, recursos e serviços de TIC para melhoria contínua dos processos de trabalho e áreas de negócio; • Aperfeiçoar a metodologia de avaliação da satisfação dos usuários e clientes de TIC; • Promover a atualização tecnológica dos sistemas legados.
					Índice de satisfação dos clientes externos com os serviços de TI	Atingir, até 2026, 80% de satisfação dos clientes externos de TI	

Perspectiva	Macrodesafios		Objetivos Estratégicos		Indicador	Meta	Iniciativas
			Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal	Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da Justiça Federal e as operações das áreas de TI e de negócio.	Índice de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD)	Atingir, em 2022, o índice mínimo de 0,7, em 2024, o índice mínimo de 0,75 e, em 2026, o índice mínimo de 0,8	• Propor a regulamentação dos processos de gerenciamento de serviços de TI e de engenharia de software; • Impulsionar a adoção de práticas de governança de TI; • Fomentar o engajamento das unidades de negócio nas práticas de governança de TI; • Mensurar os indicadores e aprimorar os processos de gerenciamento de serviços de TI; • Fomentar a implementação da Política de Gestão de Pessoas de TIC; • Aprimorar a metodologia de desenvolvimento de Software.
			Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal	Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa por meio da uniformização de procedimentos e	Índice de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal	Implantar, até 2026, mais 06 sistemas nacionais	• Propor a regulamentação da política de contratação de soluções de TI no âmbito da JF; • Atuar de forma

Perspectiva	Macrodesafios		Objetivos Estratégicos		Indicador	Meta	Iniciativas
				metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho, a fim de gerar economicidade e o aumento da eficiência operacional.	Índice de contratações conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal	Realizar, até 2026, 10 contratações conjuntas	colaborativa no desenvolvimento de sistemas nacionais; • Identificar iniciativas comuns nos Planos de Contratação dos órgãos da JF.
			Promover e fortalecer a segurança da informação digital na Justiça Federal	Instituir e aperfeiçoar normas e práticas adotadas pelo órgão relacionadas à Segurança da Informação Digital visando à proteção dos dados pessoais e organizacionais.	Índice de institucionalização das normas da Política de Segurança da Informação da Justiça Federal	Atingir, até 2026, a regulamentação de 13 normativos nacionais de segurança da informação	• Apoiar a regulamentação dos normativos de segurança da informação; • Apoiar o Comitê de Respostas a Incidentes de Segurança da Informação da Justiça Federal (CRI-Jus) no tratamento de incidentes de segurança da informação.

4. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Este inventário de necessidades de TI foi produzido a partir do levantamento realizado com o apoio das unidades de negócio da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R e as atividades foram priorizadas pelas instâncias de governança de forma a garantir o alinhamento das ações de TI às necessidades das áreas de negócio, bem como ao planejamento estratégico da JF3R.

As solicitações foram inventariadas conforme **1.3.3 – Atividades Levantar as Necessidades de TI** e consolidadas, analisadas e priorizadas conforme **1.4.1. Atividade: Consolidar, Analisar e Priorizar as Necessidades de TI**.

Foram identificadas no total de 638 necessidades prioritárias oriundas dos 3 órgãos que compõem a JF3R, sendo distribuídas conforme a seguir:

Gráfico 1 – Necessidades Prioritárias x Tipo de Solicitação

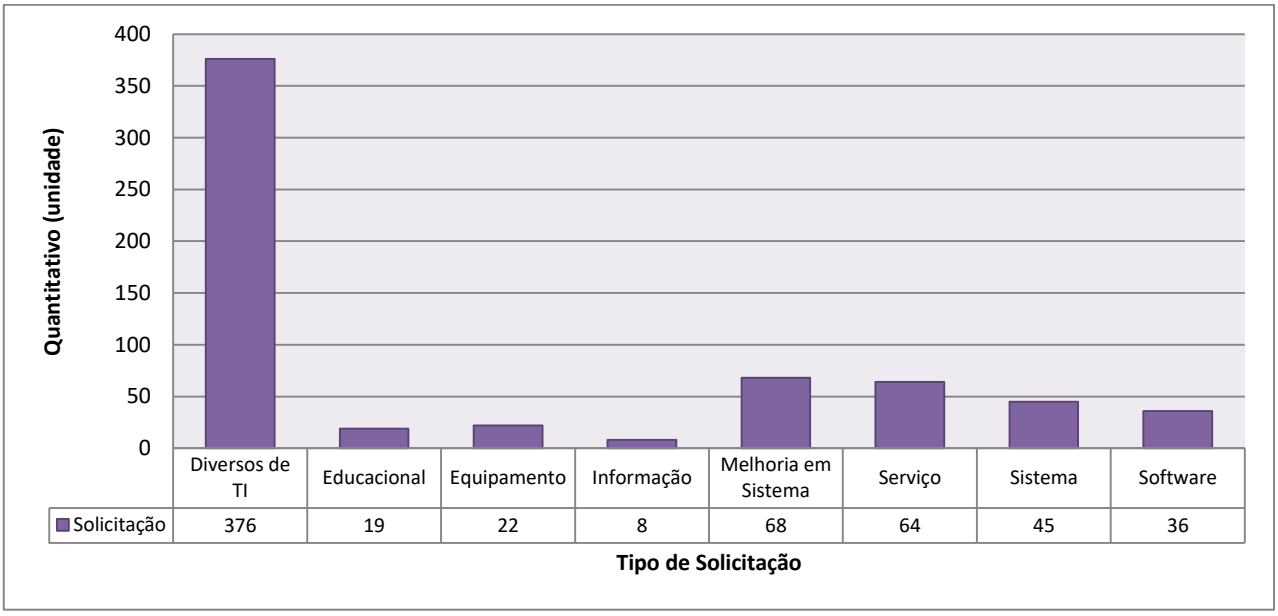


Gráfico 2 – Necessidades Prioritárias x Órgão Solicitante

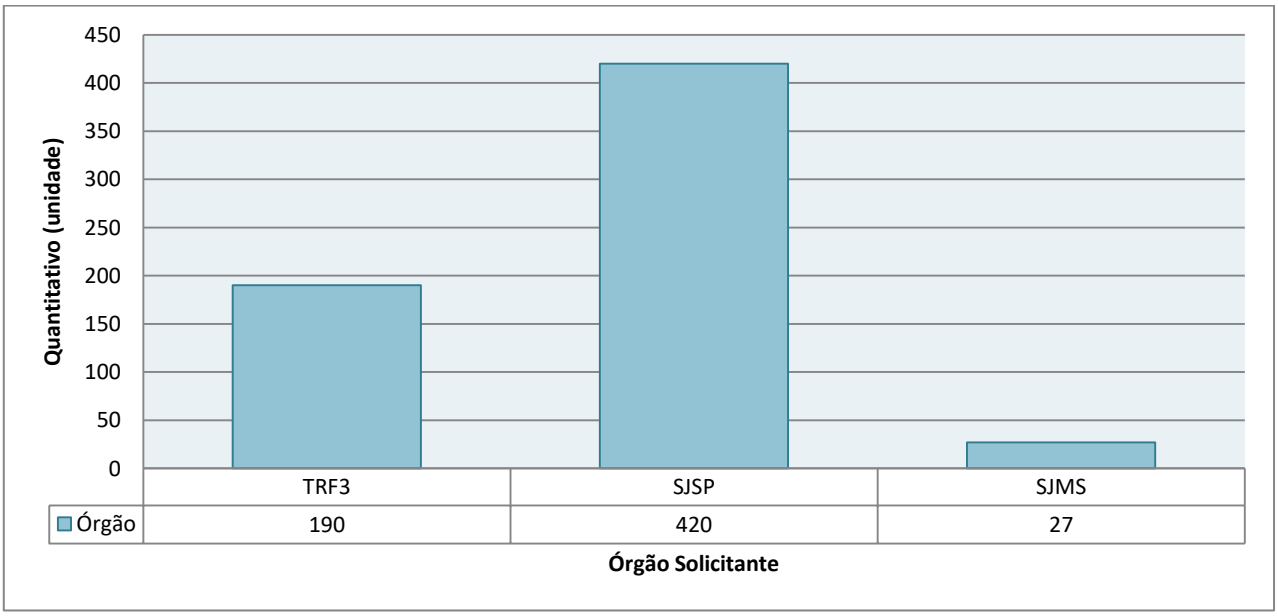


Gráfico 3 – Distribuição das Necessidades Prioritárias no TRF3

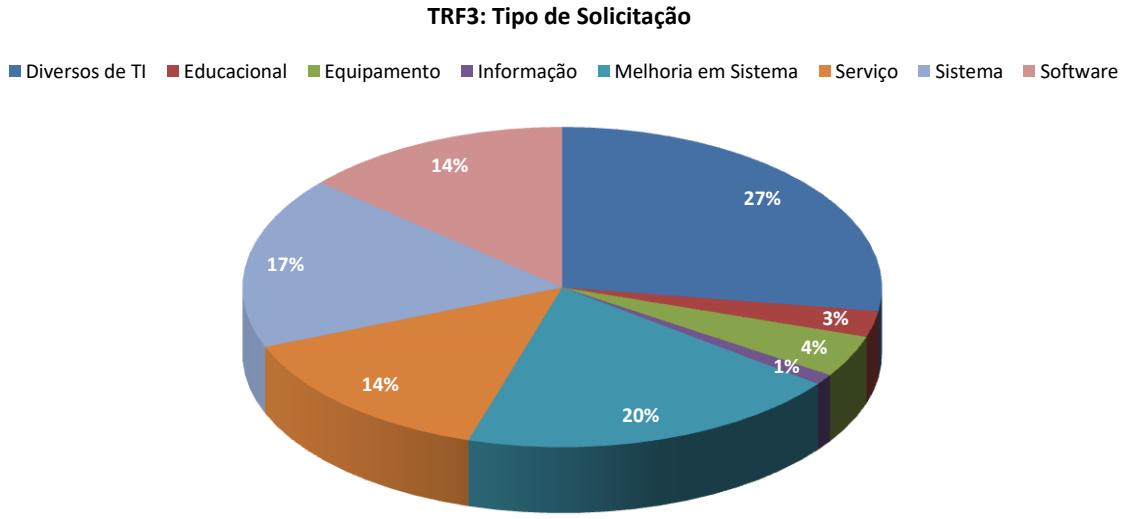


Gráfico 4 – Distribuição das Necessidades Prioritárias na SJSP

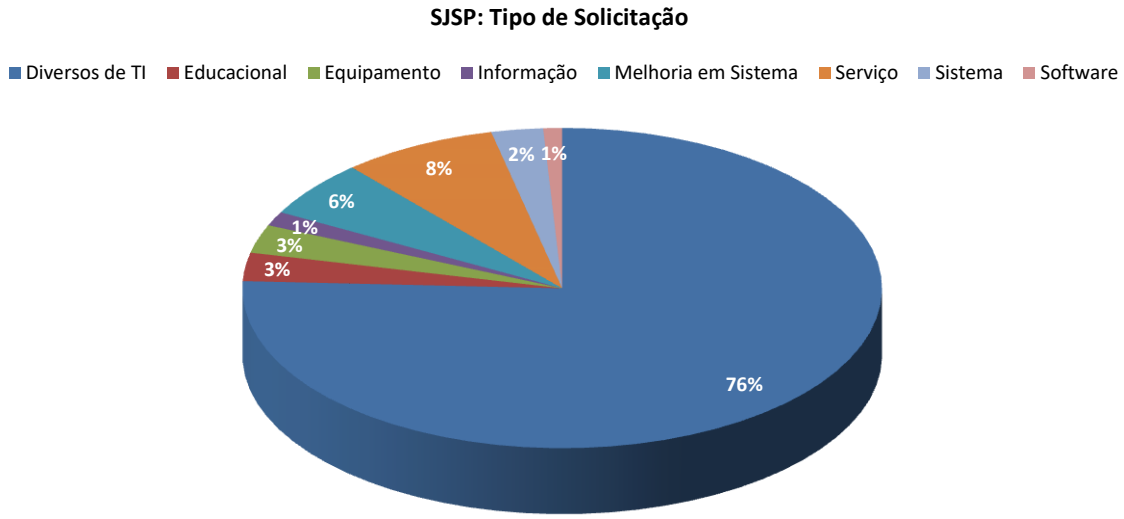


Gráfico 5 – Distribuição das Necessidades Prioritárias na SJMS

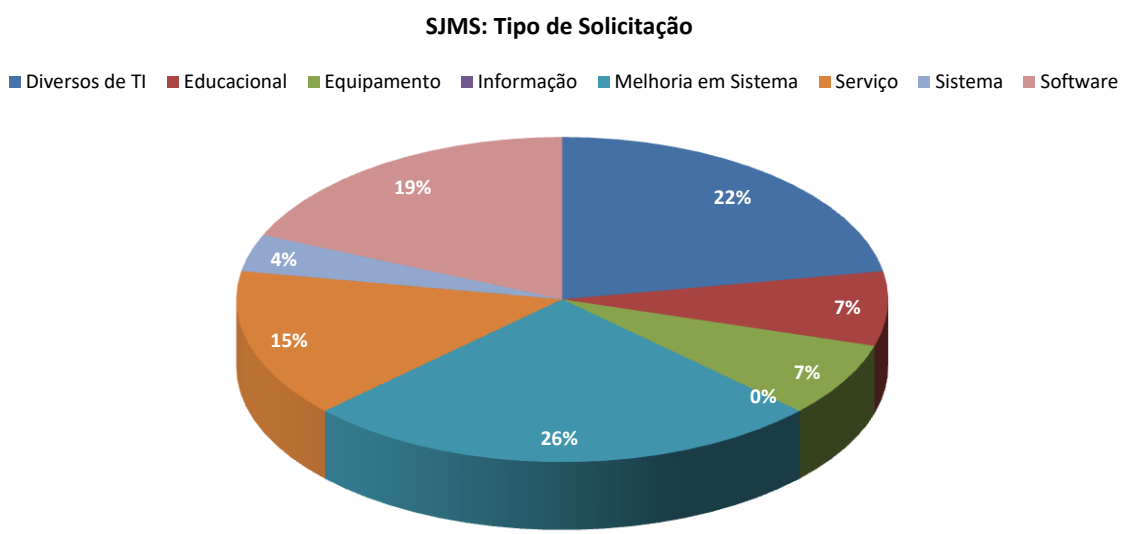


Tabela 20 – Subtipos de Diversos de TI por Órgão

Subtipo de Diversos de TI	Órgão Solicitante			Total por Subtipo
	TRF3	SJSP	SJMS	
Acessórios para utilização de audiências e sessões	1	0	0	**1**
Caixa de Som	1	8	0	**9**
Câmera Digital	1	0	0	**1**
Caneta para Mesa Digitalizadora	0	1	0	**1**
Cartucho de Tinta Colorida	0	2	0	**2**
Cartucho de Tinta Preta	0	2	0	**2**
Estabilizador de tensão 1KVA	0	28	0	**28**
Fone de Ouvido	5	4	0	**9**
HD Externo	2	2	0	**4**
Headset	3	50	0	**53**
Impressora Colorida Portátil	0	0	0	**0**
Impressora Individual de Mesa	0	2	0	**2**
Impressora Multifuncional	1	9	1	**11**
Impressora Térmica	0	2	0	**2**
Kit de ferramentas de manuntenção de rede	0	2	0	**2**
Leitor de CD USB	0	2	0	**2**
Leitor de código de barras	0	5	0	**5**
Leitor de DVD	0	1	0	**1**
Leitor de QR Code	1	0	0	**1**
Material de informática para automação das salas do CLISP, do NUIT e/ou NUCS e do iJuspLab	1	0	0	**1**
Memória RAM	0	0	1	**1**

Subtipo de Diversos de TI	Órgão Solicitante			Total por Subtipo
	TRF3	SJSP	SJMS	
Mesa de Som	0	1	0	**1**
Mesa Digitalizadora	0	4	0	**4**
Microcomputador	8	41	1	**50**
Microcomputador de alto desempenho	1	0	0	**1**
Modem 4G	1	1	0	**2**
Monitor	4	4	0	**8**
Notebook	12	50	1	**63**
Painel eletrônico de senhas	0	2	0	**2**
Ring Light	1	0	0	**1**
Scanner de Mesa	0	2	0	**2**
Smartphone	1	7	0	**8**
SSD	0	0	1	**1**
Testador de Cabo de Rede	0	2	0	**2**
Webcam	9	84	0	**93**
Total por Órgão	**52**	**318**	**6**	**376**

A relação completa das necessidades de TI, bem como consolidação, análise e priorização das mesmas, pode ser encontrada nos documentos de referência **DR8 – Planilha de Necessidades Prioritárias** e **DR9 – Planilha de Necessidades Consolidadas**, anexos ao processo SEI n.º 0280560-44.2021.4.03.8000.

5. PLANOS DE TI

5.1. Plano de Iniciativas de TI

O Plano de Iniciativas de TI foi elaborado a partir dos trabalhos de levantamento, consolidação, análise e priorização realizados em **4 – INVENTÁRIO DE NECESSIDADES PRIORITÁRIAS**, com base em **3 – DIRECIONADORES**.

A relação completa de iniciativas pode ser encontrada em **ANEXO I – Plano de Iniciativas** e em **DR10 – Planilha de Iniciativas**, anexo ao processo SEI n.º 0280560-44.2021.4.03.8000.

5.2. Plano Orçamentário de TI

O Plano Orçamentário de TI, elaborado anualmente, contém o orçamento disponibilizado às contratações vigentes e aos projetos de contratação de soluções TI para o exercício de 2021 e 2022.

As ações integrantes do citado plano são planejadas e agrupadas segundo o modelo adotado pela Administração Pública, definido na forma de Lei, e é apresentado a seguir.

5.2.1. Plano Orçamentário de TI para 2021

Tabela 21 – Orçamento para 2021

Ação	Órgão	Tipo	Orçamento	Orçamento Total da Ação
Ações de Informática (AI)	TRF3	Correntes	R$ 8.985.196,00	**R$ 32.457.747,00**
		Investimentos	R$ 7.512.851,00	
	SJSP	Correntes	R$ 11.997.158,00	
		Investimentos	R$ 3.595.640,00	
	SJMS	Correntes	R$ 311.400,00	
		Investimentos	R$ 55.502,00	
Modernização Tecnológica e Gestão da Informação (MTGI)	TRF3	Correntes	R $0,00	**R$ 3.650.000,00**
		Investimentos	R$ 3.650.000,00	
	SJSP	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 0,00	
	SJMS	Correntes	R$ 0,00	

Ação	Órgão	Tipo	Orçamento	Orçamento Total da Ação
		Investimentos	R$ 0,00	
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	TRF3	Correntes	R$ 340.000,00	**R$ 1.340.000,00**
		Investimentos	R$ 1.000.000,00	
	SJSP	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 0,00	
	SJMS	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 0,00	
PLANO ORÇAMENTÁRIO DE 2021				**R$ 37.447.747,00**

5.2.2. Plano Orçamentário de TI para 2022

Tabela 22 – Orçamento para 2022

Ação	Órgão	Tipo	Orçamento	Orçamento Total da Ação
Ações de Informática (AI)	TRF3	Correntes	R$ 10.014.109,00	**R$ 16.495.733,00**
		Investimentos	R$ 5.200.000,00	
	SJSP	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 0,00	
	SJMS	Correntes	R$ 491.710,00	
		Investimentos	R$ 789.914,00	
Modernização Tecnológica e Gestão da Informação (MTGI)	TRF3	Correntes	R$ 0,00	**R$ 1.000.000,00**
		Investimentos	R$ 1.000.000,00	
	SJSP	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 0,00	
	SJMS	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 0,00	

Ação	Órgão	Tipo	Orçamento	Orçamento Total da Ação
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	TRF3	Correntes	R$ 1.150.000,00	**R$ 1.150.000,00**
		Investimentos	R$ 0,00	
Segurança da Informação e Cibernética (SIN-CIBER)	TRF3	Correntes	R$ 3.400.000,00	**R$ 12.400.000,00**
		Investimentos	R$ 5.000.000,00	
	SJSP	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 3.500.000,00	
	SJMS	Correntes	R$ 0,00	
		Investimentos	R$ 500.000,00	
PLANO ORÇAMENTÁRIO DE 2022				**R$ 31.045.733,00**

5.3. Plano de Capacitação de TI

O Plano de capacitação dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI, elaborado anualmente, procura promover e suportar, de forma contínua, o alinhamento das competências gerenciais e técnicas dos servidores lotados na área de TIC às melhores práticas de segurança, de governança, de gestão e de atualização tecnológica.

O Plano de Capacitação de TI de 2021, oriundo das solicitações das áreas da SETI através do processo SEI n.º 0284866-56.2021.4.03.8000, está apresentado a seguir.

Tabela 23 - Capacitação de Servidores da SETI para 2021

Prioridade	Unidade	Curso	Servidores
1	ETIR	Certified Ethical Hacker (CEH)	• Laercio Benedito Sivali de Sousa • Eduardo Carvalho Pereira • Daniel Henrique Guimarães
1	ETIR	CISSP - Certified Information Systems Security Professional	• Laercio Benedito Sivali de Sousa • Eduardo Carvalho Pereira • Daniel Henrique Guimarães
1	UARI	MS700 - Managing Microsoft Teams	• Carlos Eduardo Ferreira de Almeida Junior • Anderson Oioli • Wagner Américo Bruno • Luís Fernando Amaral • Tomaz Marques da Fonseca • Elisabete Maria das Dores Silva
1	UARI	IPS do FTD 4410	• Bryan Robert Costa Duarte Reis • Djonatas Tulio Rodrigues Costa • Elias Meira dos Santos
1	UARI	Veritas NetBackup Administração	• José Vicente Spartani • Walter Fredrich Pontes

Prioridade	Unidade	Curso	Servidores
1	UARI	MDT (Microsoft Deployment Toolkit)	• Arnaldo Luccas Junior • Luciana Owam Cohatu
1	UARI	SqlServer 2019 – Módulo I	• Carlos Fabiano Haddad • Rafael M. Belda
1	UDEM	PHP 7 - Módulo I	• Andressa Tina Tsuruda Ikeda • Hsiao Chien Hsiung • João Alfredo Jordao Taveira • Sonia Regina Raddi de Araújo • Nicolas Elviani Lemos de Almeida • Renato de Moura Mestre • Daniel Fabri Bagatini • Adriano Neres Rodrigues • Lila Maçumoto
1	UDEM	PHP 7 - Módulo II	• Andressa Tina Tsuruda Ikeda • Hsiao Chien Hsiung • João Alfredo Jordao Taveira • Sonia Regina Raddi de Araújo • Nicolas Elviani Lemos de Almeida • Renato de Moura Mestre • Daniel Fabri Bagatini • Adriano Neres Rodrigues • Lila Maçumoto
1	UDEM	PHP Avançado	• Andressa Tina Tsuruda Ikeda • Hsiao Chien Hsiung • João Alfredo Jordao Taveira • Sonia Regina Raddi de Araújo • Nicolas Elviani Lemos de Almeida • Renato de Moura Mestre • Daniel Fabri Bagatini • Adriano Neres Rodrigues • Lila Maçumoto • Antônio de Oliveira Gomes • Danilo de Lima Capobianco • Paulo Cesar dos Cantos Guedes • Paulo Vilela de Melo
1	RGET	Gerenciamento de Projeto com PMBOK v6	• Anderson Alves Chieregat • Cláudia Mayumi Harada • Pedro Raimundo do Nascimento
1	RGET	ITIL 4 ® Oficial Foundations	• Anderson Alves Chieregat • Cláudia Mayumi Harada • Pedro Raimundo do Nascimento
1	DSPE	Banco de Dados - Administração PostgreSQL com Alta Disponibilidade	• Carlos Eduardo Sversut Mazzini • Leonardo Monteiro Bersan de Araujo • Saul Chagas Schead dos Santos
1	DSPE	Angular e TypeScript	• Luís Fernando Silva Rodrigues Teixeira • Nilton Aparecido de Oliveira Junior • Diogo da Silva Maciel • Marcio Wesley Borges
1	DSPE	SQL Avançado para PostgreSQL	• Ricardo Antônio Câmara da Silva • Nilton Aparecido de Oliveira Junior • Glauco Canzian • Christina Gandra de Camargo Guedes
2	UARI	Mitigação de DDoS	• Bryan Robert Costa Duarte Reis • Djonatas Tulio Rodrigues Costa • Elias Meira dos Santos • Paulo Sergio Vieira de Alencar • Waldir Costa Sola
2	UARI	Veritas NetBackup Administração Avançada	• José Vicente Spartani • Walter Fredrich Pontes

Prioridade	Unidade	Curso	Servidores
2	UARI	SQL Server 2019 – Módulo II	• Carlos Fabiano Haddad • Rafael M. Belda
2	DSPE	Container - Docker: Administração de Containers - DCA	• Carlos Eduardo Sversut Mazzini • Leonardo Monteiro Bersan de Araújo • Saul Chagas Schead dos Santos
2	DSPE	Desenvolvedor Java: (J2EE, JPA / Hibernate, CDI/Seam, JSF, REST, Microserviços)	• Gilmar Vieira Pinheiro • Fábio Rodrigo Cuzzatti
3	UARI	LGPD - Conhecendo a Lei e suas Aplicações	• André Rosental Melchíades • Fábio Lessa Pereira • Frederico Morena Marzola • Lucas da Silva Nunes • Adriana Líberi Carnaúba • Lucinei Pacheco • Osvandir Williams de Oliveira • Vinicius Lima da Silva • Inês de Fátima Figueiredo Lopes • Sidney Outuki • Ricardo Petrillo Fici • Antônio Augusto Bueno Costa • Roberto Tadahiro Tsujimura • Luciana Owam Cohatu • Carlos Eduardo Ferreira de Almeida Junior • Anderson Oioli • Ervin Sriubas • Eduardo Garrido
3	DSPE	IA Sinapses Codex Python	• Diogo da Silva Maciel • Nilton Aparecido de Oliveira Junior
4	DSPE	SCRUM (Gestão Ágil de Desenvolvimento)	• Luís Fernando Silva Rodrigues Teixeira • Fábio Rodrigo Cuzzatti • Gilmar Vieira Pinheiro • Carlos Eduardo Sversut Mazzini
4	DSPE	TDD (Test Driven Development)	• Luís Fernando Silva Rodrigues Teixeira • Fábio Rodrigo Cuzzatti • Gilmar Vieira Pinheiro • Carlos Eduardo Sversut Mazzini
4	DSPE	CD (Continuous Deployment)	• Luís Fernando Silva Rodrigues Teixeira • Fábio Rodrigo Cuzzatti • Gilmar Vieira Pinheiro • Carlos Eduardo Sversut Mazzini
4	DSPE	CI (Continuous Integration)	• Luís Fernando Silva Rodrigues Teixeira • Fábio Rodrigo Cuzzatti • Gilmar Vieira Pinheiro • Carlos Eduardo Sversut Mazzini

5.4. Plano de Contratação de TI

O Plano de Contratações de Soluções de TI contempla os projetos de contratações priorizadas para o exercício de 2021 e 2022, incluídas as novas ações priorizadas e aquelas para manutenção dos contratos vigentes para 2021.

O Plano de Contratações é elaborado consoante às diretrizes da Resolução CNJ nº 182/2013 e é aprovado pelas instâncias de governança de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R.

5.4.1. Plano de Novas Contratações de TI para 2021

Tabela 24 – Novas Contratações de TI para 2021

ID de Contratação (CONTR-21)	ID de Iniciativa (INIC)	Descrição	Unidade Solicitante	Valor Estimado	Semestre de Contratação em 2021
CONTR-21-01	INIC-015	Aquisição de solução de proteção web	UARI UDEM	R$ 917.941,00	2º Semestre
CONTR-21-02	INIC-014	Aquisição de servidor de rede para aplicação do PJe + VMware + Red Hat	DRED	R$ 1.945.190,15	2º Semestre
CONTR-21-03	INIC-011	Aquisição de notebook	DATE	R$ 1.444.120,00	2º Semestre
CONTR-21-04	INIC-015	Contratação de prestação de serviço de links de Internet	DRED	R$ 13.541,65	2º Semestre
CONTR-21-05	INIC-012	Aquisição de licenças de ferramenta case de modelagem de dados	DIAD	R$ 490.228,02	2º Semestre
CONTR-21-06	INIC-014	Registro de preços para aquisição de solução de virtualização de aplicações	DRED	R$ 257.500,00	2º Semestre
CONTR-21-07	INIC-012	Prestação de serviço de emissão de certificados digitais	DRED	R$ 3.250,00	2º Semestre
CONTR-21-08	INIC-012	Aquisição de software de recuperação de dados	DATE	R$ 744,00	2º Semestre
CONTR-21-09	INIC-013	Aquisição de solução de antivírus	RGET	R$ 1.445.940,00	2º Semestre
CONTR-21-10	INIC-015	Contratação de prestação de serviço de links de Internet para as 9 localidades de SP que estão com rádio enlace	DRED	R$ 300.000,00	2º Semestre
CONTR-21-11	INIC-011	Aquisição de acessórios para utilização de audiências e sessões	DATE	R$ 200.000,00	2º Semestre
CONTR-21-12	INIC-014	Aquisição de softwares/solução para distribuição de aplicações e captura remota - ZemWorks/Novo IDM/Soluções Microsoft	DRED	R$ 1.850.000,00	2º Semestre
CONTR-21-13	INIC-015	Contratação de prestação de serviço de extensão da garantia dos switches Nexus 56128P	DRED	R$ 200.000,00	2º Semestre
CONTR-21-14	INIC-013	Contratação de prestação de serviço de pentest	RGET	R$ 128.508,00	2º Semestre
CONTR-21-15	INIC-011	Aquisição de microcomputador de alto desempenho	DATE	R$ 575.594,40	2º Semestre
CONTR-21-16	INIC-012	Aquisição/Serviços dos softwares pacote autocad	DAEG SJMS SJSP	R$ 855.143,06	2º Semestre
CONTR-21-17	INIC-012	Aquisição de software eberick	DAEG	R$ 111.026,00	2º Semestre
CONTR-21-18	INIC-012	Aquisição da família adobe	DATE	R$ 795.878,85	2º Semestre
CONTR-21-19	INIC-014	Aquisição de licenças Vmware	DRED	R$ 3.787.438,41	2º Semestre
CONTR-21-20	INIC-011	Aquisição de material de informática para automação das salas do CLISP, do NUIT e/ou NUCS e do iJuspLab	DATE	R$ 50.000,00	2º Semestre

ID de Contratação (CONTR-21)	ID de Iniciativa (INIC)	Descrição	Unidade Solicitante	Valor Estimado	Semestre de Contratação em 2021
CONTR-21-21	INIC-015	Solução de link de dados da JFMS	JFMS	-	2º Semestre
CONTR-21-22	INIC-011	Aquisição de equipamentos e serviços necessários à implementação da justiça itinerante (inclusive com contratação de serviço de internet via celular ou alternativa viável)	JFMS	-	2º Semestre
TOTAL DO PLANO DE CONTRATAÇÕES DE 2021				**R$15.372.043,54**	

5.4.2. Plano de Contratações Continuadas de TI para 2021

Tabela 25 – Contratações Continuadas de TI para 2021

ID de Contratação (CONTR-21)	ID de Iniciativa (INIC)	Processo SEI	Contrato	Órgão	Objeto	Contratada	Término de Vigência
CONTR-21-23	INIC-015	0021328-61.2016	04.019.10.16	TRF3	4 G	Telefônica	17/10/2021
CONTR-21-24	INIC-017	0015248-81.2016	04.026.10.16	TRF3	Cache	NTL	27/12/2021
CONTR-21-25	INIC-017	0016337-42.2016	04.018.10.16	TRF3	PSS	Kenta	01/09/2021
CONTR-21-26	INIC-017	0037893-95.2019	04.734.10.19	JFSP	DRS	Kenta	13/12/2024
CONTR-21-27	INIC-017	0003169-59.2019	04.734.10.19	JFMS	DRS	Kenta	13/12/2024
CONTR-21-28	INIC-015	0020494-92.2015	08.278.10.15	JFSP	Manutenção	Gigacom	15/10/2021
CONTR-21-29	INIC-017	0032387-12.2017	07.088.10.17	JFSP	Locação	Intersystems	05/10/2021
CONTR-21-30	INIC-015	0015492-44.2015	04.010.10.16	TRF3	Switches	Teltec	01/08/2021

ID de Contratação (CONTR-21)	ID de Iniciativa (INIC)	Processo SEI	Contrato	Órgão	Objeto	Contratada	Término de Vigência
CONTR-21-31	INIC-015	0021857-17.2015	04.010.10.16	JFSP	Switches	Teltec	01/08/2021
CONTR-21-32	INIC-017	0009831-50.2016	04.012.10.16	TRF	Manutenção JFSP e TRF	Mps	17/06/2021
CONTR-21-33	INIC-017	0012933-80.2016	04.012.10.16	JFSP	Manutenção JFSP e TRF	Mps	17/06/2021
CONTR-21-34	INIC-017	0038866-84.2018	04.018.10.19	TRF	Microsoft	Ntl	05/12/2024
CONTR-21-35	INIC-017	0043048-16.2018	04.018.10.19	JFSP	Microsoft	Ntl	05/12/2024
CONTR-21-36	INIC-017	0000588-71.2019	04.018.10.19	JFMS	Microsoft	Ntl	05/12/2024
CONTR-21-37	INIC-017	0038762-92.2018	04.019.10.19	TRF	Ferramentas de Segurança	Pisontec	05/12/2024
CONTR-21-38	INIC-017	0042197-74.2018	04.019.10.19	JFSP	Ferramentas de Segurança	Pisontec	05/12/2024
CONTR-21-39	INIC-017	0005109-93.2018	04.019.10.19	JFMS	Ferramentas de Segurança	Pisontec	05/12/2024
CONTR-21-40	INIC-017	0041727-43.2018	04.017.10.19	TRF	SQL	Ntl	26/12/2024
CONTR-21-41	INIC-015	0012330-02.2019	04.016.10.19	TRF	Link redundante	Algar	12/01/2024
CONTR-21-42	INIC-017	0022057-53.2017	04.008.10.18	TRF	Oracle	Ntl	01/04/2023
CONTR-21-43	INIC-017	0027760-62.2017	04.008.10.18	JFSP	Oracle	Ntl	01/04/2023

ID de Contratação (CONTR-21)	ID de Iniciativa (INIC)	Processo SEI	Contrato	Órgão	Objeto	Contratada	Término de Vigência
CONTR-21-44	INIC-017	0002336-12.2017	04.008.10.18	JFMS	Oracle	Ntl	01/04/2023
CONTR-21-45	INIC-013	0017496-83.2017	04.007.10.18	TRF	Sala Cofre	Orion	01/04/2023
CONTR-21-46	INIC-013	0030044-43.2017	04.007.10.18	JFSP	Sala Cofre	Orion	01/04/2023
CONTR-21-47	INIC-013	0002494-67.2017	04.007.10.18	JFMS	Sala Cofre	Orion	01/04/2023
CONTR-21-48	INIC-017	0031610-27.2017	05.005.10.17	TRF	Videoconferência	Teltec	21/04/2022
CONTR-21-49	INIC-017	0031611-12.2017	05.005.10.17	JFSP	Videoconferência	Teltec	21/04/2022
CONTR-21-50	INIC-017	0002734-56.2017	05.005.10.17	JFMS	Videoconferência	Teltec	21/04/2022
CONTR-21-51	INIC-017	0039347-18.2016	04.004.10.17	TRF	Oracle Enterprise	Oracle	24/02/2022
CONTR-21-52	INIC-017	0039347-18.2016	04.004.10.17	JFSP	Oracle Enterprise	Oracle	24/02/2022
CONTR-21-53	INIC-017	0020985-02.2015	04.005.10.16	TRF	Manutenção de Terminais	Procomp	06/03/2021
CONTR-21-54	INIC-017	0020985-02.2015	04.005.10.16	JFSP	Manutenção de Terminais	Procomp	06/03/2021
CONTR-21-55	INIC-015	0006458-40.2018	04.017.10.18	TRF3	Link 750	CenturyLink	08/11/2022
CONTR-21-56	INIC-017	0042526-86.2018	04.020.10.19	TRF	Postgree	Unidba	12/12/2024

ID de Contratação (CONTR-21)	ID de Iniciativa (INIC)	Processo SEI	Contrato	Órgão	Objeto	Contratada	Término de Vigência
CONTR-21-57	INIC-017	0033381-06.2018	04.006.10.19	TRF	Licenças Caché	Intersystems	14/05/2024
CONTR-21-58	INIC-017	0033381-06.2018	04.006.10.19	JFSP	Licenças Caché	Intersystems	14/05/2024
CONTR-21-59	INIC-017	0033381-06.2018	04.006.10.19	JFMS	Licenças Caché	Intersystems	14/05/2024
CONTR-21-60	INIC-015	0006449-78.2018	07.091.10.19	JFSP	Links de Rádio	Telefônica	26/04/2023
CONTR-21-61	INIC-013	0019826-19.2018	04.022.10.18	TRF3	Hitachi	Nova Sistemas	10/12/2023
CONTR-21-62	INIC-015	0027398-26.2018	04.020.10.18	TRF3	Filtro Web	NetSafe	04/12/2023
CONTR-21-63	INIC-013	0038450-19.2018	04.021.10.18	TRF3	Red Hat e Jboss	System Manager	06/12/2022
CONTR-21-64	INIC-015	0016337-42.2016	04.022.10.19	TRF3	PTT	Wireless Com	20/12/2023
CONTR-21-65	INIC-013	0034548-87	07.003.10.2020	TRF3	Ferramenta de Colaboração Microsoft	Brasoftware	14/12/2023
CONTR-21-66	INIC-013	0034548-87	07.003.10.2020	JFSP	Ferramenta de Colaboração Microsoft	Brasoftware	14/12/2023
CONTR-21-67	INIC-013	0034548-87	07.003.10.2020	JFMS	Ferramenta de Colaboração Microsoft	Brasoftware	14/12/2023
CONTR-21-68	INIC-013	0027768-05.2018	04.023.10.2018	TRF3	Antivírus Symantec	Ish	12/12/2023
CONTR-21-69	INIC-013	0014764-95.2018	04.019.10.2018	TRF3	Solução de proteção de dados (backup)	Storageone	27/11/2023

ID de Contratação (CONTR-21)	ID de Iniciativa (INIC)	Processo SEI	Contrato	Órgão	Objeto	Contratada	Término de Vigência
CONTR-21-70	INIC-015	0040730-94.2017	05.547.10.17	TRF	Solução Cisco	Teltec	05/12/2021
CONTR-21-71	INIC-015	0040730-94.2017	05.547.10.17	JFSP	Solução Cisco	Teltec	05/12/2021
CONTR-21-72	INIC-015	0026097-44.2018	05.010.10.2018	TRF3	Firewall (NGFW)	Teltec	28/11/2023
CONTR-21-73	INIC-013	0026076-68.2018	05.001.10.2019	TRF3	Solução de armazenamento	Zoom	18/01/2024
CONTR-21-74	INIC-013	0026076-68.2018	05.001.10.2019	JFSP	Solução de armazenamento	Zoom	18/01/2024
CONTR-21-75	INIC-013	0042672-93.2019	05.014.10.2019	TRF3	Vmware	Lta-rh	05/11/2024

5.4.3. Plano de Novas Contratações de TI para 2022

Tabela 26 – Novas Contratações de TI para 2022

ID de Contratação (CONTR-22)	ID de Iniciativa (INIC)	Descrição	Unidade Solicitante	Valor Estimado	Semestre de Contratação em 2022
CONTR-22-01	INIC-017	Contratação de prestação de serviço de DBA Postgree - PJ-e	DSPE	R$ 264.000,00	1º Semestre
CONTR-22-02	INIC-017	Contratação de Datacenter "TIER 3" com conexão à internet e ao DATACENTER do TRF3 na modalidade Colocation	DRED	R$ 2.400.000,00	1º Semestre
CONTR-22-03	INIC-014	Aquisição de Servidores de Rede	DRED	R$ 2.500.000,00	1º Semestre
CONTR-22-04	INIC-014	Solução de Backup Off-Site/Fita	DRED	R$ 6.650.000,00	1º Semestre
CONTR-22-05	INIC-012	Prestação de serviço de emissão de Certificados Digitais	DATE	R$ 250.000,00	1º Semestre
CONTR-22-06	INIC-014	Solução de Storage All Flash	DRED	R$ 1.900.000,00	1º Semestre
CONTR-22-07	INIC-016	Consultoria para implantação de processo de trabalho de TI voltada à Governança	RGET	R$ 500.000,00	1º Semestre
CONTR-22-08	INIC-017	Contratação de prestação de serviço continuado, suporte técnico especializado MICROSOFT PREMIER	UARI	R$ 500.000,00	1º Semestre

ID de Contratação (CONTR-22)	ID de Iniciativa (INIC)	Descrição	Unidade Solicitante	Valor Estimado	Semestre de Contratação em 2022
CONTR-22-09	INIC-011	Microcomputador para áreas do administrativo/Notebook - TRF 3ªR/JFSP/JFMS	DATE	R$ 5.000.000,00	1º Semestre
CONTR-22-10	INIC-012	Contratação de Serviços Gerenciados de Segurança da Informação para a Justiça Federal da 3ª Região	ETIR	R$ 1.500.000,00	1º Semestre
CONTR-22-11	INIC-012	Aquisição Software SophiA Biblioteca	DATE	R$ 20.000,00	1º Semestre
CONTR-22-12	INIC-014	Contratação de prestação de serviço de espaço em nuvem para o armazenamento de materiais bibliográficos para a BIBDIG-JF3R	DRED	R$ 200.000,00	1º Semestre
CONTR-22-13	INIC-017	Contratação de prestação de serviço de desenvolvimento no sistema PJ-e	DSPE	R$ 500.000,00	1º Semestre
CONTR-22-14	INIC-014	Sustentação do ambiente de TI da JF3R com ênfase no PJe – Incluindo NOC com monitoramento e deploy 24x7	DRED	R$ 300.000,00	1º Semestre
CONTR-22-15	INIC-012	Prestação de serviço de Família AUTODESK - JFSP	NUIN	R$ 300.000,00	1º Semestre
CONTR-22-16	INIC-014	Integração da plataforma de comunicação "Microsoft Teams" ao "Serviço Telefônico comutado - STFC"	DRED	R$ 500.000,00	1º Semestre
CONTR-22-17	INIC-015	Contratação de prestação de serviços de links da dados pra os Fóruns do Interior da JFMS	NUTI/SJMS	R$ 500.000,00	1º Semestre
TOTAL DO PLANO DE CONTRATAÇÕES DE 2022				**R$ 23.784.000,00**	

6. ACOMPANHAMENTO DO PDTI

Após a aprovação e publicação do PDTI de 2021 a 2023, a execução do mesmo deverá ser acompanhada ao longo de sua validade, realizando-se as revisões necessárias.

Para melhor acompanhamento e controle das ações do PDTI, foram estabelecidos os pontos de controle, indicadores e metas para monitoramento:

6.1. Pontos de Controle

Tabela 27 – Pontos de Controle

ID de Ponto de Controle (PTC)	Descrição	Responsável	Periodicidade
PTC-01	Acompanhamento dos processos de aquisição de bens e serviços de TI do PCTI	SETI/RGET	Mensal
PTC-02	Acompanhamento das execuções das iniciativas do PDTI	SETI/RGET	Trimestral
PTC-03	Revisão do PDTI	AGES/COGETICSETI/RGET Áreas de negócio	Anual
PTC-04	Revisão do PCTI	SETI/RGET	Semestral
PTC-05	Fechamento do PCTI e Elaboração de novo PCTI	SETI/RGET	Anual

6.2. Indicadores e Metas para Monitoramento

Tabela 27 – Indicadores e Metas para Monitoramento

ID de Monitoramento (MONIT)	Indicador	Meta	Periodicidade
MONIT-01	Execução do Plano de Iniciativas	60%	Triênio
MONIT-02	Execução do Plano de Capacitação	80%	Anual
MONIT-03	Execução do Plano de Contratação	80%	Anual
MONIT-04	Execução do Plano Orçamentário	80%	Anual

7. FATORES CRÍTICOS PARA A EXECUÇÃO DO PDTI

Os fatores críticos de sucesso referem-se às condições que devem, necessariamente, ser satisfeitas para que o PDTI alcance a efetividade esperada e se torne um importante instrumento para o aperfeiçoamento da governança e da gestão da JF3R.

Os principais fatores críticos identificados são:

- Participação ativa da SETI, COGETIC e demais membros envolvidos;
- Realização de revisões periódicas do PDTI;
- Acompanhamento e monitoramento dos planos estabelecidos no PDTI;
- Envolvimento e comprometimento das áreas de negócio com as ações previstas no PDTI;
- Disponibilidade orçamentária e de recursos humanos;
- Apoio da alta administração.

7.1. Riscos inerentes ao Planejamento, à Execução e ao Monitoramento do PDTI

Os riscos que podem impactar positivamente ou negativamente o planejamento, a execução e o monitoramento do PDTI de 2021 a 2023 da Justiça Federal da 3ª Região – JF3R foram mapeados visando alcançar os resultados esperados.

7.1.1. Risco 1: Excesso de Iniciativas incluídas no PDTI

Mapa de Risco 1

Identificador:		**1**
Identificação do Risco		
Causa:		Excesso de Iniciativas incluídas no PDTI
Evento:		Iniciativas não iniciadas ou em atraso
Consequência:		Comprometimento do indicador: Execução do Plano de Iniciativas
Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Média (3)	Média (3)	Fraco (2)
Resposta e Tratamento ao Risco		
Resposta		**Responsável**
Reduzir		COGETIC
Tratamento		
• Revisar iniciativas do PDTI		

7.1.2. Risco 2: Equipe técnica sobrecarregada

Mapa de Risco 2

Identificador:		2
Identificação do Risco		
Causa:		Equipe técnica sobrecarregada
Evento:		Iniciativas não iniciadas ou em atraso
Consequência:		Comprometimento do indicador: Execução do Plano de Iniciativas
Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Alta (4)	Alta (4)	Fraco (2)
Resposta e Tratamento ao Risco		
Resposta		**Responsável**
Transferir		SETI
Tratamento		
• Realizar novas contratações de recursos humanos; • Redistribuir recursos humanos;		

7.1.3. Risco 3: Ausência de conhecimento técnico

Mapa de Risco 3

Identificador:		3
Identificação do Risco		
Causa:		Ausência de conhecimento técnico
Evento:		Planejamento técnico realizado de forma incorreta
Consequência:		Comprometimento do indicador: Execução do Plano de Capacitação e execução do Plano de Contratações
Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Baixa (2)	Alta (4)	Satisfatório (4)
Resposta e Tratamento ao Risco		
Resposta		**Responsável**
Transferir		SETI

Tratamento
• Analisar a competência técnica dos recursos humanos

7.1.4. Risco 4: Ausência de recursos orçamentários

Mapa de Risco 4

Identificador:	4	
Identificação do Risco		
Causa:	Ausência de recursos orçamentários	
Evento:	Valor total Plano de Contratações supera o valor total do Plano Orçamentário	
Consequência:	Comprometimento do indicador: Execução do Plano de Contratação	
Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Baixa (2)	Alta (4)	Satisfatório (4)
Resposta e Tratamento ao Risco		
Resposta	**Responsável**	
Reter	SETI e Alta Administração	
Tratamento		
• Revisar prioridade dos itens do Plano de Contratação		

7.1.5. Risco 5: Disponibilidade de recursos orçamentários

Mapa de Risco 5

Identificador:	5	
Identificação do Risco		
Causa:	Disponibilidade de recursos orçamentários	
Evento:	Sobra de recursos orçamentários ao fim do exercício anual	
Consequência:	Comprometimento do indicador: Execução do Plano Orçamentário	
Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Baixa (2)	Alta (4)	Satisfatório (4)

Resposta e Tratamento ao Risco	
Resposta	**Responsável**
Reter	SETI e Alta Administração
Tratamento	
• Revisar prioridade dos itens do Plano de Iniciativas	

7.1.6. Risco 6: Ausência de Monitoramento do PDTI

Mapa de Risco 6

Identificador:	**6**
Identificação do Risco	
Causa:	Ausência de Monitoramento do PDTI
Evento:	Não cumprimento da agenda dos Pontos de Controle
Consequência:	Comprometimento do indicador: Execução do Plano de Iniciativas

Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Baixa (2)	Médio (3)	Satisfatório (4)

Resposta e Tratamento ao Risco	
Resposta	**Responsável**
Reter	COGETIC
Tratamento	
• Revisar agenda de Pontos de Controle	

7.1.7. Risco 7: Ausência de necessidades no PDTI com alta prioridade

Mapa de Risco 7

Identificador:	**7**
Identificação do Risco	
Causa:	Ausência de necessidades com alta prioridade para a JF3R
Evento:	Surgimento de necessidades com alta prioridade que não estão contempladas no Plano de Iniciativas
Consequência:	Comprometimento do indicador: Execução do Plano de Iniciativas

Análise e Avaliação do Risco		
Probabilidade	**Impacto**	**Nível de Controle**
Muito Alta (5)	Alto (4)	Fraco (2)
Resposta e Tratamento ao Risco		
Resposta	**Responsável**	
Aceitar	COGETIC	
Tratamento		
• Revisar prioridade dos itens do Plano de Iniciativas		

8. ANEXOS

8.1. ANEXO I – Plano de Iniciativas

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
INIC-001	Sistema Sei! v4.0	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a melhorias e/ou novas funcionalidades do sistema SEI. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-044	Sistema SEI: Criação de mecanismos que possibilitem o encaminhamento de processos administrativos cujo processamento compete a esta Divisão e que devam ter manifestação do Ministério Público Federal (MPF) diretamente a este Órgão, e que atualmente são enviados através de concessão de acesso externo	Existe a possibilidade de integração se ambos os Órgãos utilizarem a mesma versão do Sistema Sei!, a versão 4.0, pois neste existe a funcionalidade Sei! Federação que aparentemente permite esse tipo de procedimento.
			NEC-CONS-157	Atualização do SEI para a versão 4.0	
INIC-002	Sistema Nacional SERH	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas à implantação do sistema SERH desenvolvido pelo TRF4 a ser adotado nacionalmente. O sistema já está em fase de implantação com o planejamento das atividades e adequações da base de dados para o TRF3. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-045	Migração para o sistema de folha de pagamento do Tribunal dos dados para o cálculo da convocação dos juízes em substituição ou auxílio.	
			NEC-CONS-046	Migração para o sistema de folha de pagamento do Tribunal dos dados para o cálculo da GAJU dos Desembargadores e juízes convocados em substituição	
			NEC-CONS-047	Migração para os sistemas de folha de pagamento (JFSP e JFMS) dos dados para o cálculo da GAJU	
			NEC-CONS-048	Módulo informatizado para contagem de tempo de serviço, abono de permanência e aposentadoria.	
			NEC-CONS-049	Aguarda-se a implantação do sistema SERH!, oriundo do TRF4R, que poderá substituir, com eficiência, o já obsoleto sistema RHM3R, e assim, a depender de suas funcionalidades, até mesmo o e-GP.	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-050	Desenvolvimento de sistema eletrônico para execução de resultado de concursos de promoção e remoção de Magistrados cujas inscrições são feitas no sistema PRE, para obtenção do resultado eletronicamente com maior celeridade, pois atualmente é feito manualmente.	
			NEC-CONS-051	Implantação de sistema para otimizar o recadastramento de aposentados e pensionistas de forma virtual, modalidade que deveria se tornar permanente. A SEGE está usando o e-GP, que seria uma boa solução para a DMAG também, pois o e-GP já abre o processo SEI e insere os documentos. O aposentado e pensionista escolhe a data do vídeo pelo próprio sistema.	
			NEC-CONS-052	MapaVara Desembargadores: disponibilizar ferramenta que possa ser consultada na internet/intranet, do quadro de lotação dos desembargadores, seus afastamentos e substitutos convocados. Atualmente é disponibilizado um quadro em Word, cuja alimentação de dados é manual, não interagindo com nenhum sistema.	
			NEC-CONS-081	Aperfeiçoamento do SINC para integração dos cursos EMAG com demais cursos cadastrados pela DMAG em um único relatório, para consulta pela CORE e pelos próprios magistrados.	
			NEC-CONS-082	e-GP: para melhorar a dinâmica do trabalho, todas as requisições/solicitações dos magistrados poderiam ser feitas pelo eGP, enquanto não for efetivamente implantado o SERH!.	
			NEC-CONS-110	Atualização do sistema Gestão por Competências	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-128	Concluir o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Estagiários, contemplando as rotinas de ateste de frequência e folha de pagamento.	
			NEC-CONS-136	Melhoria no Sistema de Folha de pagamento, disponibilizando: Cálculo da GAJU	
			NEC-CONS-137	Melhoria no Sistema de Folha de pagamento, disponibilizando: Cálculo da Média Aritmética da Aposentadoria.	
			NEC-CONS-138	Melhoria no Sistema de Folha de pagamento, disponibilizando: Controle da Indenização de Transporte.	
			NEC-CONS-139	Melhoria no Sistema de Folha de pagamento, disponibilizando: Controle de Passivos Pendentes.	
			NEC-CONS-140	Melhoria no Sistema de Folha de pagamento, disponibilizando: Controle de Substituições de Magistrados.	
			NEC-CONS-141	Melhoria no Sistema de Folha de pagamento, disponibilizando: Módulo para margens consignáveis.	
			NEC-CONS-142	Melhoria no Sistema de Folha de pagamento, disponibilizando: Relatório FUNPRESP.	
			NEC-CONS-145	Melhoria no cálculo da aposentadoria pela média aritmética	
			NEC-CONS-148	Aprimorar o sistema do Concurso Regional de Remoção de modo que identifique o cruzamento entre os servidores inscritos, considerando o órgão de origem, os critérios de desempate, gerando o resultado preliminar do concurso, incluindo rotina de controle da área de gestão de pessoas para validar as informações inseridas pelos servidores	
			NEC-CONS-149	Sistema para acompanhamento do Estágio Probatório (servidores, prazos, etc).	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-153	Desenvolvimento do Sistema Funpresp-Jud	
			NEC-CONS-161	Sistema de cálculo da FUNPRESP por competência, inclusive sobre diferenças e emissão do MAPA RESUMO de acordo com o exigido pela FUNPRESP-JUD.	
			NEC-CONS-164	Criação de rotina de estimativa para aposentadoria dos servidores do TRF-3, integrada às rotinas de dados pessoais, frequência e averbação de tempo de serviço.	
			NEC-CONS-173	Sistema para controle e emissão de declaração de margem consignável	
			NEC-CONS-176	MapaVara dos Juízes Federais: as informações sobre as lotações, designações e afastamentos dos Juízes Federais e Substitutos da 3ª Região não são disponibilizadas em tempo real, como previsto no último PDTI, o que poderia ser aperfeiçoado.	
			NEC-CONS-178	Integração dos sistemas MUMPS e SEI	
			NEC-CONS-188	Ajustes nos módulos relacionados a cotistas e pensionistas no SISRH	
INIC-003	Sistema Nacional Diárias	Contempla o estudo de viabilidade e funcionalidades de um novo sistema de diárias.	NEC-CONS-147	SISTEMA DE DIÁRIAS – Necessário, pois o sistema atual foi desenvolvido por servidor. Há pedido em andamento para sistema que contemple a JF3R - SEI 0040186-43	
INIC-004	Sistema eGP	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas ao sistema e-GP. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-097	Melhoria no Sistema de agendamento de plantões judiciários - MapaVara - SEI 0001830-65.2019.4.03.8002	
			NEC-CONS-115	Acesso à base de dados do e-GP por meio de integração com o Sistema de Controle de Acesso.	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-146	Criação de rotina no e-GP para controle de horas devidas e compensações, em virtude da pandemia de COVID19 (DOD proc. 0033295-64.2020.4.03.8000)	
INIC-005	Saúde-Jus - Cooperação com TRF4	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas à implantação do sistema Saúde-Jus em cooperação com o TRF4.	NEC-CONS-158	Sistema de prontuário eletrônico da área da saúde	
INIC-006	Portal Microsoft 365 - Base de conhecimento - Adição de conteúdo	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas à implantação de um portal de conhecimento para orientações básicas, treinamentos online, tutoriais e ouros informativos para o usuário. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-020	Treinamento em Informática Básica para servidores e magistrados	Já está implantado o Portal Microsoft 365 - Base de conhecimento (https://trf3jusbr.sharepoint.com/SitePages/pt-br/Home.aspx). Os treinamentos e tutoriais deverão ser adicionados conforme a criação de conteúdos e a demanda.
			NEC-CONS-025	Conscientizar e disponibilizar informações e ferramentas para que os usuários possam utilizar melhor o armazenamento na rede (muitos arquivos desnecessários/duplicados)	
			NEC-CONS-085	Disponibilização de treinamento para servidores e magistrados sobre informática e tecnologia, considerando em especial as tecnologias que suportam os sistemas judiciais (Sistemas Operacionais, navegadores, arquivos de mídias, dicas de produtividade, etc.)	
			NEC-CONS-091	Vídeos Tutoriais: sendo uma necessidade cada vez mais frequente dos servidores, para fragmentação ou compactação de arquivos de vídeo ou de dados, para atender ao tamanho da capacidade para anexar ao PJe, com divulgação dos programas próprios para a demanda, vídeos explicativos, pois se torna cada vez mais frequente com os processos eletrônicos, para os quais somente uma pequena parte dos servidores tem conhecimento para tal tarefa, sobrecarregando	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
				o setor de informática	
			NEC-CONS-155	Curso de EXCEL	
INIC-007	Plano de capacitação	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a treinamentos na área de tecnologia da informação para técnicos de informática	NEC-CONS-019	Formação avançada em cyber segurança a partir de cursos (online) internacionalmente reconhecidos. Ex: Udacity (formação cybersecurity), edx, coursera, sans, pluralsight	
			NEC-CONS-180	Treinamento em Javascript e Angular	
			NEC-CONS-186	Visual Studio Web ASP. Net CORE, 2 pessoas	
INIC-008	PJe - Análise de viabilidade de novas funcionalidades de aplicativos existentes ou novos aplicativos	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a melhorias e/ou novas funcionalidades do sistema PJe em fase de análise de requisitos e viabilidade.	NEC-CONS-001	PJe - Criação de relatório (solicitado pela OAB) com processos conclusos para sentença em ordem cronológica (issue registrada no CNJ)	Solicitante deverá informar o número da issue
			NEC-CONS-002	PJe - Possibilidade de intimação em nome de sociedade de advogados, nos termos do art. 272 do CPC expediente.	
			NEC-CONS-003	PJe - Criação de ferramenta tipo caixa de diálogo que, em processos com anotação de sigilo, questione/confirme o envio de termo para publicação	Demanda deve ser encaminhada para AGES
			NEC-CONS-009	Implantar a opção de selecionar a marcação plantão quando as varas enviam os mandados e na montagem das cartas de mera ciência. Atualmente somente tem a opção de marcar urgente. sugiro que aparecer o ícone relógio na cor amarela para urgente e na cor vermelha para plantão.	
			NEC-CONS-010	PJe - Avaliação do sistema de agravos nas Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização	Necessários mais detalhes a respeito da necessidade
			NEC-CONS-011	PJe - Disponibilização da opção de "petição em plantão eletrônico" para a parte sem advogado no SAO - Serviço de Atermação online.	Depende de ajustes de fluxos pela AGES, definição de um tipo de documento específico.

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-015	Melhoria do sistema PJe com a reformulação dos fluxos para a tramitação dos feitos na Vice-Presidência, com o escopo de melhor aferir-se o trabalho desenvolvido. Melhorias no fluxo do PJe no âmbito da Vice-Presidência, entre AJUV, UVIP e UPLE, atinente aos processos que tramitam na pasta do Órgão Especial (despachos e decisões que devem ser processadas pela UVIP, conforme chamado 10386232).	Demanda será encaminhada para análise da AGES
			NEC-CONS-028	Alteração do fluxo dos processos que tramitam no PJe, de forma a possibilitar a imediata correção de dados cadastrais, como número de referência , visando a melhoria na transparência das informações e efetivo uso do sistema de integração entre PJe e eSAJ	Demanda será encaminhada para análise da AGES
			NEC-CONS-035	Desenvolvimento de link único de acesso aos documentos do sistema PJe, a fim de evitar retrabalho das unidades com a geração de links individuais ou uso do "Anexo de E-mails".	
			NEC-CONS-069	FLUXO DA VICE-PRESIDÊNCIA - ausência de transparência para as partes e usuários internos (falta de termo de conclusão automática no sistema), automatização da comunicação após o trânsito em julgado em Agravos de Instrumento para os autos originários, codificação dos recursos para melhor aferição estatística, além de outras demandas solicitadas desde a gestão passada da Vice-Presidência.	Demanda será encaminhada para análise da AGES
			NEC-CONS-084	Controle de Diligências Negativas no PJe - SEI 0004343-40.2018.4.03.8002	Expediente pendente de encaminhamento pela DPJe, bem como formalização via DOD
			NEC-CONS-119	Acesso à base de dados processuais do TRF3 - PJe	Necessário fundamentar a necessidade, bem como qual ambiente (1 ou 2g)
			NEC-CONS-120	PJe - Possibilidade de anotação de penalidade do advogado no cadastro e não no processo	Solicitante deverá informar o número da issue

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
				(issue registrada no CNJ)	
			NEC-CONS-123	PJe para CECON - melhorias no tocante a emissão de relatórios de audiências realizadas, com a possibilidade de identificação e separação por conciliador	Falta detalhamento dos dados e filtros do relatório solicitado. Necessário envio do DOD ou chamado.
			NEC-CONS-131	Disponibilização do PJe Mídias ou outro serviço de streaming para mídias relacionadas ao PJe	
			NEC-CONS-167	Integração do PJe ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos, possibilitando melhor utilização dos bens antes do perdimento (SEI 0000303-10.2021.4.03.8002).	Expediente pendente de encaminhamento para análise prévia a AGES
INIC-009	PJe - Em execução de novas funcionalidades de aplicativos existentes ou novos aplicativos	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a melhorias e/ou novas funcionalidades do sistema PJe em fase de planejamento e/ou execução.	NEC-CONS-004	PJe - Integração do PJe com o sistema AJG-CJF (issue registrado no CNJ): (i) criação de tag com a data da perícia para inserção nos modelos de documentos; (ii) possibilidade de classificação dos tipos de laudo periciais (principal e complementar); (iii) possibilidade de cadastrar mais de um endereço para o perito; (iv) entrega de laudos periciais em lote).	Demanda sendo tratada diretamente com o TRF5
			NEC-CONS-012	PJe Possibilitar que a parte sem advogado possa consultar o processo na íntegra, dentro do serviço de atermação online - SAO	Implementação adiantada, mas foi suspensa a liberação por conta da segurança de dados. Exp. 0007365-15.2018.4.03.8000
			NEC-CONS-060	integração do sistema PJe e os diversos subsistemas utilizados pelas unidades, a exemplo de SISBAJUD, RENAJUD, sistemas ARISP, sistemas CNJ, sistemas Receita Federal/Procuradorias/INSS	Já existe um módulo de integração com SISBAJUD. Também existe integração via MNI com diversos órgãos externos.
INIC-010	Integração Cadastral - Projeto SisRH/MS – MigraFolha	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a melhorias e/ou novas funcionalidades do sistema de RH da JFMS em fase de planejamento e/ou execução.	NEC-CONS-092	Integração cadastral Folha x SISRH/MS - SEI 0004348-62.2018.4.03.8002	
INIC-011	Modernização dos equipamentos e	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a aquisição de periféricos e/ou equipamentos para	NEC-CONS-005	Aquisição de Caixas de Som para Balcões Virtuais, Videoconferências, Salas de Treinamento.	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
	estações de trabalho dos usuários e de suas instalações lógicas e elétricas	complementar as estações de trabalho ou notebooks dos usuários, principalmente para a utilização de recursos audiovisuais para atendimento virtual dos cidadãos além das instalações elétricas e lógicas para o correto funcionamento destas estações. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-006	Headset para atendimento no Balcão Virtual, Videoconferências, Reuniões Online.	
			NEC-CONS-007	Aquisição de notebook para magistrados e servidores em usos diversos	
			NEC-CONS-008	Aquisição de webcam para magistrados e servidores em usos diversos	
			NEC-CONS-017	Aquisição de microcomputador para magistrados e servidores em usos diversos	
			NEC-CONS-018	Aquisição de monitor para magistrados e servidores em usos diversos	
			NEC-CONS-022	Melhoria no cabeamento de rede da 1ª e 2ª Varas	
			NEC-CONS-029	Acessórios para utilização de audiências e sessões.	
			NEC-CONS-033	Equipamentos e serviços necessários à implementação da justiça itinerante (inclusive com contratação de serviço de internet via celular ou alternativa viável);	
			NEC-CONS-078	Material de informática para automação das salas do CLISP, do NUIT e/ou NUCS e do iJuspLab	
			NEC-CONS-113	Estabilizador de tensão 1KVA para a 1ª Vara - para proteção dos Equipamentos.	
			NEC-CONS-154	Leitor de QR Code para uso em eventos (ligado ao desenvolvimento e disponibilização de Sistema de Envio de Convites Digitais com recursos para Confirmação de Presença e Identificação de Convidados por QR Code, atrelado a Controle de Banco de Dados de Autoridades) 6 unidades	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-165	Impressora Colorida Portátil de pequeno porte para fácil deslocamento externo (uso em eventos).	
INIC-012	Aquisição de software, licenças e certificados digitais	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a aquisição de softwares diversos, licenças de uso e suporte de softwares adquiridos e certificados digitais. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-023	Aquisição da licença Power BI Pro ou Premium.	
			NEC-CONS-026	Licença de uso de software para Gestão de Indicadores de Desempenho, metas e objetivos estratégicos.	
			NEC-CONS-031	Emissão de Certificados Digitais	
			NEC-CONS-074	Ferramenta Case de modelagem de dados.	
			NEC-CONS-075	Software de Recuperação de Dados	
			NEC-CONS-076	Softwares Pacote Autocad	
			NEC-CONS-077	Software Eberick	
			NEC-CONS-079	Aquisição Software SophiA Biblioteca	
			NEC-CONS-083	Autodesk para SJSP	
			NEC-CONS-087	Segundo certificado digital para o diretor de secretaria e substituto imediato (servir como backup ou uso presencial/teletrabalho)	
			NEC-CONS-089	Contratação de software de automação de rotinas processuais (robôs)	
			NEC-CONS-090	Licença perpétua ou assinatura de software de ocr, para conversão de imagem em texto. Soluções possíveis: ABBY Fine Reader, Adobe Acrobat Pro DC, Omni Page Ultimate.	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-103	Aquisição da assinatura do software Miro, versão corporativa, de preferência sem limite de usuários.	
			NEC-CONS-114	Aquisição de software, licenças e certificados digitais pacote Adobe.	
			NEC-CONS-134	Aquisição de licença para implantação de agendamento no Sistema de Balcão Virtual pelo Microsoft Teams, além de instalação de *chatbot.*	
			NEC-CONS-168	Licença perpétua ou assinatura de software de baixo custo para gravação de telas ou preparação de vídeo tutoriais. Ex: Screencast-o-matic	
			NEC-CONS-171	Software para compactação juntada e fragmentação de pdf´s	
			NEC-CONS-172	Software para compactação juntada e fragmentação de pdf´s	
			NEC-CONS-177	Aquisição da assinatura do software para diagramação e publicação (formato Web) dos processos de trabalho da Justiça Federal da 3ª Região.	
INIC-013	Aprimoramento de Segurança de TI	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a aquisição de softwares e/ou serviços de consultoria para aprimoramento da segurança digital. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-030	Serviço de Pentest	
			NEC-CONS-065	Solução de Antivírus	
INIC-014	Aprimoramento da infraestrutura de servidores e nuvem	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a aquisição de hardware, software, suporte, manutenção e/ou serviços de nuvem para aprimoramento da infraestrutura e	NEC-CONS-013	Plataforma/sistema (nuvem) e/ou outra solução tecnológica para armazenamento e publicação dos atos judiciais gravados (videoconferência)	
			NEC-CONS-021	Aumento na capacidade de armazenamento dos drivers de rede da unidade	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
		atendimento da demanda de processamento e armazenamento de dados. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-027	Aumento de demandas em virtude de priorização do PJe, bem como expansão para os Juizados. Descritivo genérico em virtude de necessidades no decorrer da utilização do sistema	
			NEC-CONS-034	Contratação de serviços em nuvem para melhoria do Balcão Virtual	
			NEC-CONS-040	Monitoramento do PJe	
			NEC-CONS-042	Melhorar a estabilidade do PJe principalmente em horários de pico	
			NEC-CONS-053	Integração do MS Teams com o PABX	
			NEC-CONS-054	Aquisição de Servidores de Rede para Banco de Dados do PJe	
			NEC-CONS-056	Solução de virtualização de aplicações	
			NEC-CONS-057	Licenças Vmware	
			NEC-CONS-058	Solução de Storage S3 - PJe	
			NEC-CONS-062	Softwares/Solução para distribuição de aplicações e captura remota - ZemWorks/Novo IDM/Soluções Microsoft	
			NEC-CONS-067	Solução de Backup	
			NEC-CONS-071	Servidor de rede para aplicação do PJe + VMware + Red Hat	
			NEC-CONS-080	Contratação de espaço em nuvem para o armazenamento de materiais bibliográficos	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
				para a BIBDIG-JF3R	
			NEC-CONS-166	Virtualização de todos os processos físicos, inclusive os sobrestados	
INIC-015	Aprimoramento da infraestrutura de rede	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a contratação ou melhoria dos links de dados, contratação de manutenção e suporte de equipamentos e softwares de rede cabeada e sem fio, além de ferramentas para aumentar a segurança dos dados publicados e sigilosos como firewalls, proxy e outros serviços de proteção de web. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-014	Melhoramento da rede sem fio nos quesitos de qualidade e restrições	
			NEC-CONS-038	Extensão da garantia dos switches Nexus 56128P.	
			NEC-CONS-055	Contratação de link de satélite "StarLink". Por enquanto não disponível, mas está previsto que haja disponibilidade do serviço em breve.	
			NEC-CONS-066	Prestação de Serviço de links de Internet para as 9 localidades de SP que estão com rádio enlace;	
			NEC-CONS-068	Solução de Link de Dados - SJMS	
			NEC-CONS-070	Solução de proteção web	
			NEC-CONS-072	Prestação de Serviço de links de Internet	
			NEC-CONS-086	Melhorar os serviços de rede, permitindo que estagiários possam acessar com segurança os serviços de TI da 3ª Região, resultando em melhor produtividade no aprendizado e auxílio aos diversos setores judiciais e administrativos	
			NEC-CONS-088	Melhoria nos links de acesso à internet entre as unidades judiciárias e o Tribunal	
			NEC-CONS-102	Switch para backup, visto que o nosso backup já está sendo utilizado após defeito do que estava em uso	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-117	Exclusividade de parte da Banda de internet para videoconferência. Há relatos de momentos de instabilidade durante audiências, mesmo entre membros da Justiça Federal dentro do prédio	
			NEC-CONS-133	Aumento da infraestrutura de rede para que possamos acrescentar pontos de rede nos locais onde deve ficar o controle de acesso e de viaturas	
			NEC-CONS-159	Roteadores mais avançados, com vistas à melhoria dos serviços de rede atualmente disponibilizados à JFMS	
			NEC-CONS-189	Modem 4G	
INIC-016	Aprimoramento da governança de TI	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a contratação de consultoria ou aquisição de software/assinatura de ferramentas para melhoria na prestação de serviços da TI, principalmente para planejamento e controle das atividades executadas. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares, planejamento ou em execução.	NEC-CONS-024	Licença de uso de software para Gestão de Projetos e de Colaboração.	
			NEC-CONS-032	Consultoria em Governança de TI	
INIC-017	Contratação de serviços/suporte ou celebração de convênios	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a contratação de serviços, softwares ou celebração de convênios, principalmente para aprimoramento do atendimento ao usuário, facilitar as atividades dos usuários, agilizar o desenvolvimento de sistemas, melhorar a infraestrutura. As necessidades estão em fase de levantamento de requisitos, análise de viabilidade, estudos preliminares,	NEC-CONS-039	Fabrica de software para o PJe	SETI avaliar opção para colocação de posto de trabalho.
			NEC-CONS-041	Contratação de prestação de serviço de DBA Postgree - PJ-e	
			NEC-CONS-063	Consultoria em soluções Microsoft	
			NEC-CONS-064	Terceirização do Suporte de Nível 1	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
		planejamento ou aguardando início.	NEC-CONS-073	Contratação de um 3º Datacenter na modalidade Colocation	
			NEC-CONS-125	Ecarta - Liberação para todas as unidades	Verificar com os correios e o setor de contrato da SJSP.
			NEC-CONS-135	Implantação de sistema de marcação de ponto biométrico ou Similar em dispositivo de autenticação instantânea e que não necessite de prévio login	Contratação local de acordo com a tecnologia existente ou contratação de Relógios Digitais e novo sistema de ponto
			NEC-CONS-152	Terceirização do atendimento, conforme proposto originalmente no SEI 0002461-43.2018.4.03.8002	
			NEC-CONS-169	Implementação de canal direto de comunicação com a Informática, por telefone ou pelo Microsoft Teams, apenas e tão somente para atendimento de casos urgentes.	
			NEC-CONS-174	Celebração de convênio para que as oitivas de réus presos possam ser feitos nos próprios CDPs	
INIC-018	Novas funcionalidades de aplicativos existentes ou novos aplicativos	Contempla as necessidades consolidadas que estão relacionadas a novas funcionalidades de sistemas existentes ou novos sistemas que foram solicitadas pelas áreas usuárias que estão em fase de levantamento de requisitos, estudos de viabilidade, negociação com outros órgãos para acordos de cooperação ou em planejamento de atividades. Algumas destas necessidades consolidadas estão ainda aguardando Documento de Oficialização de Demanda (DOD).	NEC-CONS-016	Melhoria do sistema de peticionamento eletrônico em processo físico como a assinatura eletrônica digital do advogado de forma a dar validade em documentos, atualmente entregues sem assinatura	
			NEC-CONS-037	Maior informação nas páginas da Justiça Federal sobre as formas de acesso e contato das partes (principalmente) e advogados com os canais de comunicação das varas e juizados, institucionalizando o whatsapp business, balcão virtual, e-mails e telefones de contato, pois muitas partes, principalmente as pessoas mais simples, tem dificuldade em "navegar" pela página da internet e poderia se pensar em algo mais simples para direcionar essas pessoas que diariamente nos procuram a JF3R em busca de informações.	Essa necessidade deve ser encaminhada para os comitês que regram como são organizados nossos sites (ACOM, ADEG, Presidência). A SETI/UDEM, somente participa quando é necessário fazer mudanças que não são possíveis tão somente usando o software de gestão de conteúdo (Typo3). Já está em andamento uma reformulação do site.

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-043	Sistema SEI: Criação de mecanismos para efeito de publicação, sob a epígrafe da SCAJ, de despachos/decisões proferidas pelos Membros do Conselho de Administração e Conselho da Justiça Federal, cujo processamento compete a esta Divisão, e que atualmente são disponibilizados no Diário Eletrônico por meio do sistema AGPUB	O sistema AGPUB, será descontinuado. Temos a sinalização da AGES para criação de um formulário que servirá de substituto ao AGPUB para estas publicações
			NEC-CONS-093	Aprimoramento da Central de Requisições - e-GP - SEI 0004342-55.2018.4.03.8002	
			NEC-CONS-094	Formulário de Acompanhamento Funcional ou Coaching - EGP - SEI 0004347-77.2018.4.03.8002	
			NEC-CONS-095	Melhorias no sistema de progressão funcional - VOXVIRTUA - SEI 0004356-39.2018.4.03.8002	
			NEC-CONS-096	Sistema de Gerenciamento de Voluntários - e-GP - SEI 0004345-10.2018.4.03.8002	
			NEC-CONS-098	Cálculo de diferença retroativa de concessão e exclusão de adicional de qualificação - SEI 0001669-55.2019.4.03.8002	
			NEC-CONS-099	Relatório "Base de Contribuição PSS" - Sistema de Folha de Pagamento utilizado pela SJMS - SEI 0002081-83.2019.4.03.8002	
			NEC-CONS-100	Inclusão da funcionalidade "Fechamento mensal de Ponto" - Módulo de marcações de Ponto - Sistema e-GP - SEI 0002705-35.2019.4.03.8002	
			NEC-CONS-101	Desenvolvimento de sistema ou funcionalidade que permita o controle e o monitoramento do fluxo da entrada e saída de processos na Seção de Cálculos Judiciais - SEI 0000163-10.2020.4.03.8002	
			NEC-CONS-104	Atualização das páginas de internet/intranet/extranet de modo a melhorar a visualização dos serviços e informações prestados, com utilização de ícones gráficos e	Essa necessidade deve ser encaminhada para os comitês que regram como são organizados nossos sites (ACOM, ADEG,

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
				disponibilização das informações por áreas de concentração/interesse	Presidência). A SETI/UDEM, somente participa quando é necessário fazer mudanças que não são possíveis tão somente usando o software de gestão de conteúdo (Typo3). Já está em andamento uma reformulação do site.
			NEC-CONS-107	Adequação e modernização do leiaute do sítio eletrônico dos JEFs e TRs (aguardando a migração do SisJEF para o PJe) - expediente SEI nº 0006896-37.2016.403.8000	
			NEC-CONS-108	Contratação de software de automação de rotinas processuais (robôs)	
			NEC-CONS-109	Aumentar tamanho dos anexos no Malote Digital	Pedido para CNJ
			NEC-CONS-111	Sistema SEI: Criação de mecanismos que possibilitem a publicação no D.O.U., sob a epígrafe da SCAJ, de atos normativos elaborados pela Secretaria, cujo processamento compete a esta Divisão, e que atualmente são enviados à Divisão de Editoração e Divulgação (DEDI), por e-mail, para que seja disponibilizado no D.O.U.	
			NEC-CONS-112	Sistema para gerenciamento de atas de registro de preços, decorrentes de processos licitatórios para aquisição de materiais permanentes e de consumo, e contratação de prestação de serviços. Direcionado ao cadastro de atas, lançamento de compras, apuração de saldo quantitativo, controle de publicações e geração de relatórios.	
			NEC-CONS-116	Melhor adequação dos relatórios gerenciais do PJe e MUMPS, de acordo com as exigências de controle da Corregedoria, CNJ, Dados Estatísticos, pois diversos relatórios gerenciais que dispomos não atendem às exigências da	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
				CORE, sendo necessário pesquisa mais manual para dados e informações que não podem ser colhidos pelos relatórios de que dispomos.	
			NEC-CONS-118	Sistema para gerenciamento das ações de auditorias realizadas na JF3R, suas recomendações e respectivos monitoramentos. PETIC-JF (Implantar, até 2026, mais 06 sistemas nacionais) - O CNJ já promoveu estudos para adoção de sistema unificado para todo o Judiciário (SIAUDI-BACEN), mas impedimentos técnicos e de segurança ainda não foram plenamente solucionados. O e-AUD (CGU) pode vir a ser uma solução até mais adequada no âmbito do CNJ para adoção nacional.	
			NEC-CONS-122	Adequar os sistemas da JFSP para funcionarem em diversos navegadores ou adotar apenas um navegador padrão	
			NEC-CONS-124	Sistema de cálculos da planilha de custos e formação de preços - Ferramenta necessária à elaboração de planilhas iniciais de contratação de terceirizadas, bem como, aos processos de revisão de preços	
			NEC-CONS-126	Sistema Gerenciador de Conta-Depósito Vinculada Ferramenta para apurar valores de retenção e liberação dos pedidos das Contratadas	
			NEC-CONS-127	Sistema Gerenciador de Contratos Ferramenta direcionada ao Controle de Contratos administrativos, constituindo uma plataforma, com vistas aos registros das informações dos contratos vigentes, gerando acesso necessário aos gestores e fiscais de contratos, passando a interagir no mesmo ambiente para o cumprimento das parcelas de responsabilidades que lhes couberem, fazendo os apontamentos necessários.	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
			NEC-CONS-129	Desenvolvimento e disponibilização de Sistema de Envio de Convites Digitais com recursos para Confirmação de Presença e Identificação de Convidados por QR Code, atrelado a Controle de Banco de Dados de Autoridades.	
			NEC-CONS-130	Sistema para gerenciamento de demandas de órgãos de controle externo (TCU, CNJ, CJF, etc). Esta solicitação pode ser atendida no caso de se adotar algum sistema de workflow mais generalista para a demanda anterior, como exemplo o e-AUD(CGU).	
			NEC-CONS-132	Aprimorar o Sistema de Ponto Eletrônico para incluir o controle de banco de horas (credoras e devedoras) e serviço extraordinário.	
			NEC-CONS-143	Melhoria nas funcionalidades do Banco de Talentos e Interesses	
			NEC-CONS-144	Sistema de controle de banco de dados de passivos	
			NEC-CONS-150	Aprimorar a rotina de averbação de férias no e-GP que atualmente é atualizada mediante chamado à área de TI	
			NEC-CONS-151	Incluir no SEI o envio de mensagem automática para solicitar resposta após o vencimento do prazo dado ela OUVIDORIA	
			NEC-CONS-156	Alterar palavra existente no formulário, onde consta RETORNO deve constar SIGILO no SEI	
			NEC-CONS-160	O procedimento de atesto da fatura dos correios, informando se os serviços/objetos que estão na fatura foram prestados, são feitos manualmente. Como também, necessitaria de um sistema parecido com o SICOM, a correspondência ao ser realizada na Vara já seria cadastrada no sistema e seguiria para o setor de telecomunicações até o momento de se receber a fatura dos correios e realizar a	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
				conciliação, finalizando o processo.	
			NEC-CONS-162	Controle de documentos e frequência dos funcionários terceirizados.	
			NEC-CONS-163	Sistema de guarda e controle de documentos de colaboradores terceirizados. Contratos de Vigilância, Bombeiros e Ascensoristas/Recepcionistas.	
			NEC-CONS-170	Disponibilização de rotina do sistema de controle de acesso da portaria do fórum aos servidores que qualificam partes nas audiências. Uma vez que a portaria registra dados das pessoas na entrada do fórum, essas informações poderiam ser reaproveitadas durante a qualificação dos participantes da audiência.	
			NEC-CONS-175	Sistema de controle de veículos oficiais (km, saídas e chegadas, condutor, etc.)	
			NEC-CONS-179	Sicom	
			NEC-CONS-184	Banco de dados em Access ou Similar, para controle e indexação das decisões e precedentes administrativos ou judiciais que formam a jurisprudência de temas de gestão de pessoas, utilizada na divisão e, futuramente, será disponibilizada para a SEGE, integrada à extranet.	
			NEC-CONS-185	Aquisição ou Desenvolvimento de solução para indexação de modelos de documentos utilizados pelas Varas Federais	
			NEC-CONS-187	Incremento de funcionalidades do sistema de acompanhamento de decisões judiciais desta Divisão.	
			NEC-CONS-190	Desenvolvimento de programa que possibilite à ADEG registrar a criação de novos setores da	

INICIATIVAS			NECESSIDADE CONSOLIDADAS		
ID de Iniciativa (INIC)	Iniciativa	Descrição	ID de Necessidade Consolidada (NEC-CONS)	Descrição	Observação
				Justiça Federal da Terceira Região e suas alterações posteriores, sendo o código e a sigla da unidade gerados e informados automaticamente, após serem ativados, aos outros sistemas da SETI que utilizam essa informação, não havendo a necessidade de publicação do código na norma.	